

As percepções são más, a realidade é pior: Cidadãos relatam predação pela polícia africana

**Afrobarometer Edição No. 512 | Carolyn Logan, Josephine Appiah-Nyamekye
Sanny e Luyando Katenda**

Sumário

Nos últimos dois anos, o movimento #EndSARS na Nigéria e a ampla divulgação dos excessos da polícia ao impor o cumprimento das medidas restritivas da pandemia da COVID-19 atraíram um escrutínio renovado ao comportamento das forças de segurança em África. Manifestações massivas contra a brutalidade policial abalaram não apenas a Nigéria (Busari, 2020; Obaji, 2020; Amnistia Internacional, 2020; Adegoke, 2020), mas também o Gana (BBC, 2020), o Quênia (Odula, 2020), a África do Sul (Harrisberg, 2020) e Angola (Paulo, 2020).

Os protestos na Nigéria e noutros lugares surgiram num contexto generalizado de experiências e percepções públicas da polícia como corrupta, indigna de confiança e inútil. Neste contexto, a questão se a polícia deve ser vista como “protetora ou predadora” anima cada vez mais o debate.



Baseado nas entrevistas realizadas em 34 países africanos em 2019/2021, o Afrobarometer identifica padrões contínuos de desconfiança e altos níveis de percepção de corrupção policial em muitos países. Essas percepções são moldadas por experiências pessoais diretas que muitas vezes envolvem encontros indesejados com a polícia, mau atendimento ao público e pedidos frequentes de suborno. Embora a Nigéria seja um dos países mais atingidos, não

é de forma alguma o único lugar onde esses problemas são generalizados.

Poucos países oferecem uma fotografia mais animadora. Tanto a percepção da corrupção como os pagamentos reais de suborno são menos comuns no Botsuana, Cabo Verde, Ilhas Maurícias, Namíbia, Tanzânia e Tunísia. As taxas de desempenho do governo na luta contra o crime e a possibilidade dos cidadãos obterem apoio da polícia estão bem acima da média no Benin, Tanzânia, Botsuana e Eswatini. Enquanto estes países ainda evidenciam espaço de melhoria, a sua força policial pode servir de modelo a serem examinados e emulados por países com um pobre desempenho.

Mas essas descobertas destacam o fato de que muitas forças policiais em todo o continente têm um trabalho considerável a fazer antes de serem consideradas promotoras da proteção, da segurança e do desenvolvimento social, em vez de um câncer na sociedade que ataca especialmente as populações mais vulneráveis.

Inquérito do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. A 8ª Ronda de pesquisa (2019/2021) cobriu 34 países – 18 países pesquisados entre Julho de

2019 e Abril de 2020 e 16 pesquisados (depois de uma pausa devido a COVID-19) entre Outubro de 2020 e Julho de 2021.

O Afrobarometer realiza entrevistas presenciais no idioma de escolha do respondente com amostras representativas nacionalmente que permite a generalização dos resultados com uma margem de erro de +/-2 a +/-3 pontos percentuais com 95% de intervalo de confiança.

Esta análise de 34 países é baseada em 48.084 entrevistas (consulte a Tabela A.1 do Apêndice, para obter uma lista de países e datas de trabalho de campo). Os dados são ponderados para garantir amostras nacionalmente representativas. Ao relatar médias de vários países, todos os países são ponderados igualmente (em vez de proporcionalmente ao tamanho da população). Devido a arredondamentos, os totais relatados podem diferir em 1 ponto percentual da soma das subcategorias.

Principais resultados

Sobre a experiência do crime e da insegurança:

- Muitos cidadãos não se sentem seguros nos seus bairros (47%) ou mesmo dentro das suas casas (39%). O sentimento de segurança do público diminuiu significativamente desde o último ciclo de pesquisa em 2016/2018.
- Os cidadãos mais pobres sentem-se muito menos seguros do que os seus homólogos mais ricos: Mais de um quarto (28%) sentem-se inseguros a andar nos seus bairros na maior parte do tempo, mais de três vezes do que entre os mais ricos (8%).

Sobre as avaliações de desempenho do governo:

- Em média, em 34 países, apenas 40% dos Africanos atribuem notas positivas aos seus governos pelos esforços para reduzir o crime. Pela primeira vez em mais de duas décadas de pesquisas do Afrobarometer, a maioria dizem que seus governos estão tendo um mau desempenho nessa questão.

Sobre a presença policial:

- Os níveis de presença policial nas comunidades variam amplamente, conforme observado por meio de delegacias de polícia, controis nas estradas e evidências relacionadas. As equipes de campo do Afrobarometer registaram a presença de postos de polícia em mais de dois terços das áreas de enumeração (AEs) em Camarões (68%), mas menos de uma em cada cinco no Níger (19%).
- O uso de controis também varia muito e geralmente não é proporcional à presença de postos de polícia. Os inquiridores encontraram controis policiais ou militares nas estradas em 42% das AEs visitadas nos Camarões e 35% no Sudão – mas nenhuma nas Ilhas Maurícias, Cabo Verde e Uganda.

Sobre corrupção e (des)confiança:

- Em média, em 34 países, a polícia é considerada a mais corrupta entre as nove principais instituições governamentais e sociais. Quase metade (47%) dos entrevistados dizem que “a maioria” ou “todos” os policias em seu país são corruptos.
- Embora geralmente alta, a percepção da corrupção entre a polícia varia amplamente entre os países. Menos de um quarto dos cidadãos relatam que “a maioria” ou “todos” os policias são corruptos na Tunísia (24%), Tanzânia (23%), Cabo Verde (22%) e Marrocos (15%). Mas mais de dois terços dos Gaboneses (69%), Ugandenses (68%), Quenianos (68%) e Liberianos (67%) fazem essa avaliação sombria.

- Menos da metade (49%) dos entrevistados dizem que confiam na polícia “um pouco” ou “muito.”

Em encontros com a polícia:

- Cerca de um em cada sete cidadãos (15%) procurou assistência da polícia no ano anterior. Muito mais (39%) dizem que encontraram a polícia em outras circunstâncias, como postos de controlo, verificações de identidade ou durante investigações. Os respondentes jovens, urbanos, do sexo masculino e com maior escolaridade têm maior probabilidade de ter contacto com a polícia.
- Entre os que se depararam com a polícia, 51% tiveram dificuldade em obter a assistência necessária e um em cada três teve que pagar suborno para obter ajuda (36%) ou evitar problemas (34%).
- Os níveis de suborno não estão relacionados aos níveis de contato. Embora Eswatini e Camarões tenham os níveis mais altos de contacto com 75% e 69%, respectivamente, quase três vezes mais camaroneses tiveram que pagar suborno (35% de todos os entrevistados, em comparação com 12% em Eswatini). As taxas de contacto e suborno foram muito mais baixas na Etiópia (23% de contato, 6% de suborno) e na Tanzânia (21% de contato, 8% de suborno).
- Os pobres são especialmente propensos a serem vitimados por maus serviços e pedidos de subornos. Embora tenham níveis de contacto um pouco mais baixos do que os ricos (46% entre os ricos contra 44% entre os mais pobres), eles têm quase duas vezes mais chances de pagar suborno (18% entre os mais pobres, 10% entre os mais ricos).

Sobre os efeitos do suborno:

- Existe uma forte correlação negativa ao nível dos países entre a proporção da população que pagou suborno à polícia e os níveis de confiança na polícia. O suborno claramente mina a confiança dos cidadãos nas suas forças de segurança.

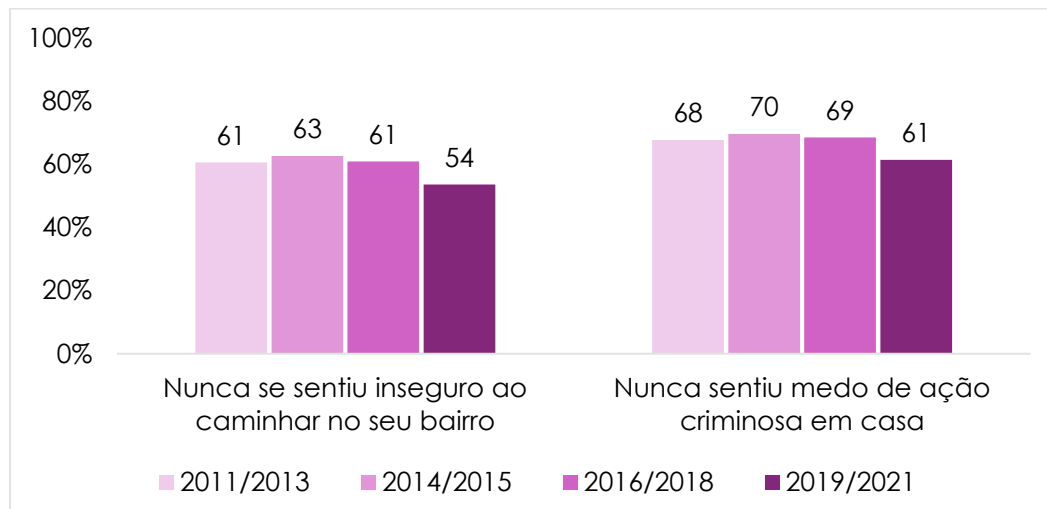
Contexto: Experiência do crime e da insegurança

Em princípio, a polícia desempenha vários papéis críticos na sociedade: Ela faz cumprir a lei; mantém a ordem pública; preveni, combate e investiga o crime; responde à situações de emergência; e, fundamentalmente, protege e garante a segurança dos cidadãos e das suas propriedades.

Mas o sentimento de falta de segurança pessoal é um problema generalizado e crescente em grande parte do continente. O Afrobarometer pergunta aos entrevistados se eles se sentem inseguros ao caminhar em seus bairros ou temem o crime dentro de suas casas. Em 34 países onde essas perguntas foram feitas em 2019/2021, quase metade (47%) dos entrevistados dizem que se sentiram inseguros andando em seus bairros pelo menos uma vez, incluindo 16% que dizem que se sentiram assim “muitas vezes” ou “sempre.” Quatro em cada 10 (39%) temiam o crime em suas próprias casas, incluindo um em cada sete (14%) que experimentaram esse medo com frequência.

Além disso, os cidadãos estão perdendo terreno na sua busca por segurança pessoal. Entre os 30 países rastreados na última década, observou-se quedas de 7 pontos percentuais nas proporções de pessoas que “nunca” sentiram medo em suas casas (de 68% para 61%) ou em seus bairros (de 61% para 54%) (Figura 1).

Figura 1: Um declínio no sentimento de segurança | 30 países | 2011-2021



Pergunta aos inquiridos: No último ano, com que frequência, se alguma vez, você ou alguém da sua família: Sentiu-se inseguro ao andar no seu bairro? Temeu o crime em sua própria casa? (% que dizem “nunca”)

Há uma grande variação nos países para o sentimento de (in)segurança dos cidadãos. Os Tanzanianos estão mais confiantes em se movimentar em suas comunidades, embora quase um em cada cinco (18%) digam que pelo menos ocasionalmente se sente inseguro (Figura 2). Mauricianos, Nigerianos e Serra-leoneses seguem com “apenas” cerca de três em 10, expressando preocupação. Mas a história é muito diferente no Gabão, Camarões, Zâmbia, Senegal, Burkina Faço e Mali, todos países onde mais de seis em cada 10 cidadãos experimentam pelo menos medo ocasional em seus bairros. Mais de um terço dos Malianos (36%) e Gaboneses (34%) dizem que se sentiram inseguros “muitas vezes” ou “sempre” durante o ano passado.

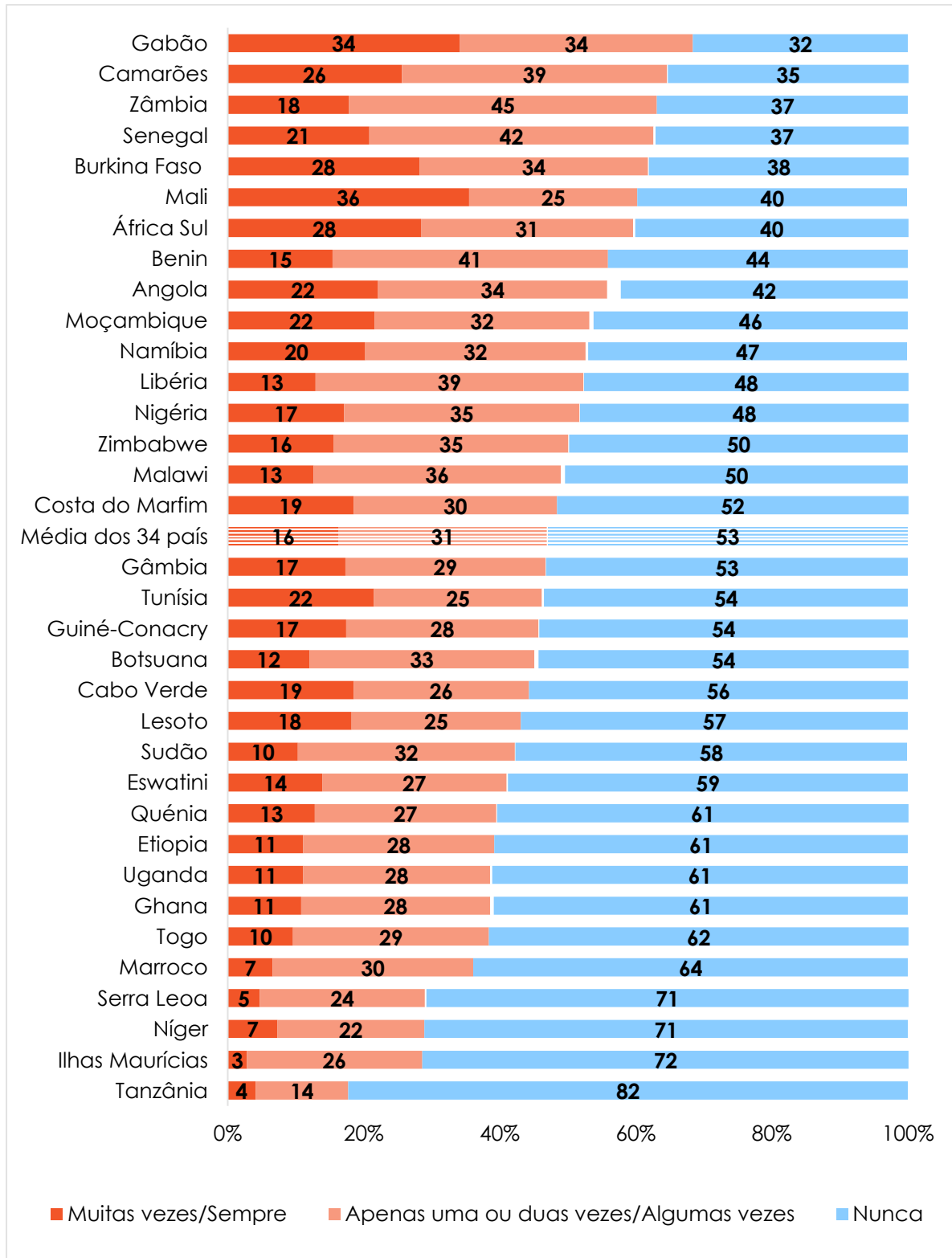
Embora homens (46%) e mulheres (48%) relatem níveis semelhantes de insegurança ao caminhar em suas comunidades, outras diferenças demográficas são mais pronunciadas. Aqueles com menos de 35 anos (48%-49%) se sentem mais inseguros do que os mais velhos com mais de 55 anos (41%-44%), enquanto os entrevistados mais instruídos são um pouco mais propensos a sentir medo do que os menos instruídos (51% vs. 44%). Os habitantes das áreas urbanas (55%) também se preocupam significativamente mais com a segurança pessoal do que os das áreas rurais (42%).

Mas as diferenças mais marcantes são evidentes entre os grupos de rendimentos. Embora alguns possam presumir que os indivíduos mais ricos, com mais bens físicos a perder, estariam em maior risco, na verdade os pobres têm muito mais probabilidade de se sentirem inseguros (Figura 3). Comparando o grupo mais pobre com o mais rico, quase o dobro entre os mais pobres relatam ter sentido medo de andar em seus bairros no ano passado (58% vs. 31%) e mais de três vezes mais dizem que isso aconteceu com frequência ou sempre (28% vs. 8%). Os padrões são semelhantes em relação ao medo do crime dentro de casa.

À luz dessas descobertas, não deveria ser uma surpresa que a maioria dos governos obtenha notas baixas pela forma como lidam com o crime (Figura 4). Em média, em 34 países, apenas 40% dos cidadãos dizem que seu governo está indo “razoavelmente bem” ou “muito bem” no combate ao crime; pela primeira vez em mais de duas décadas de pesquisas do Afrobarometer, a maioria (58%) dizem que seus governos estão a fazer um mau trabalho nessa questão. As majorias dão notas negativas aos seus governos em 25 dos 34 países, e menos de um em cada cinco entrevistados tem coisas boas a dizer no Gabão

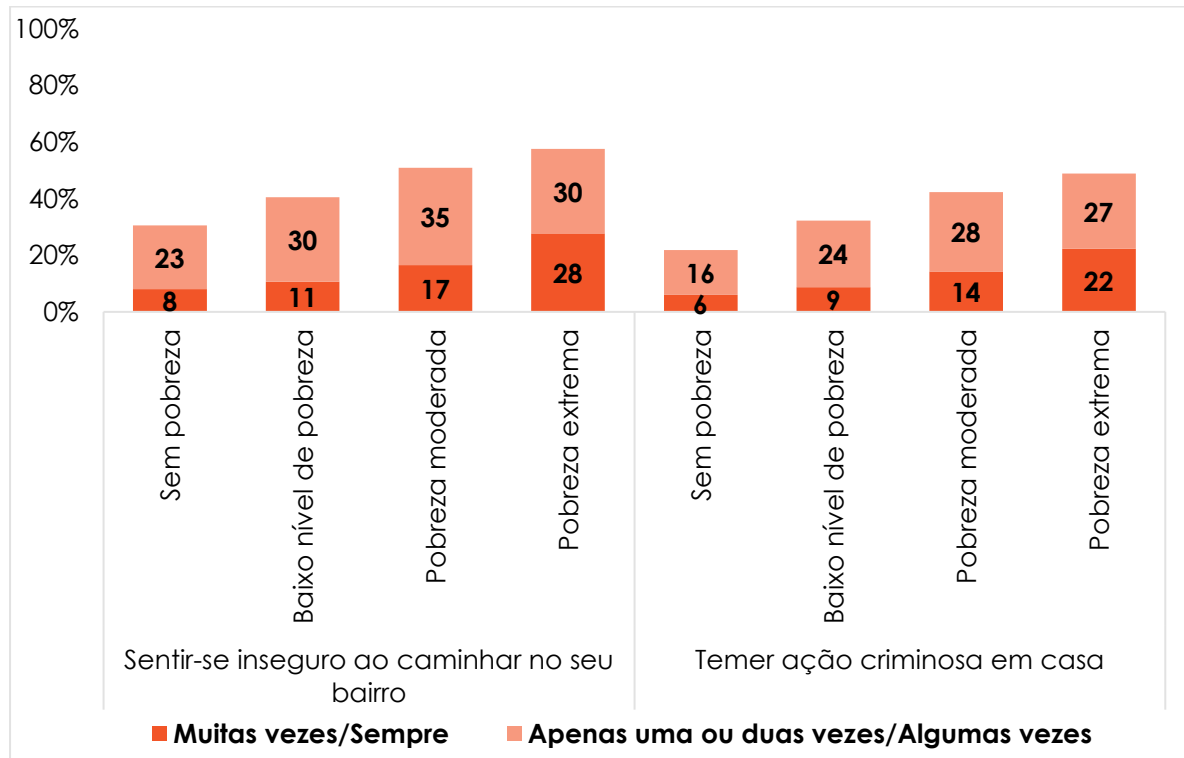
(8% razoavelmente/muito bem), Sudão (14%), Cabo Verde (14%) e África do Sul (19%). Os cidadãos estão muito mais satisfeitos na Tanzânia (86%), Benin (76%) e Botsuana (69%).

Figura 2: Sentiu-se inseguro andando no seu bairro | 34 países | 2019/2021



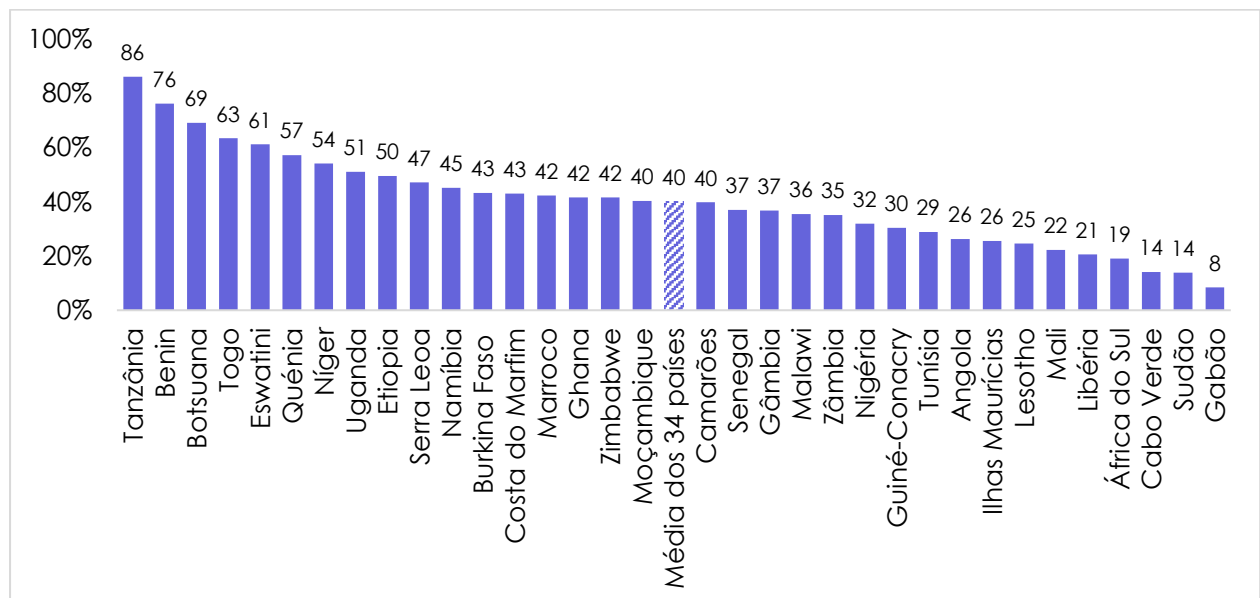
Pergunta aos respondentes: No último ano, com que frequência, se alguma vez, você ou alguém da sua família se sentiu inseguro ao andar no seu bairro?

Figura 3: Insegurança e pobreza | 34 países | 2019/2021



Pergunta aos respondentes: No último ano, com que frequência, se alguma vez, você ou alguém da sua família: Sentiu-se inseguro ao andar no seu bairro? Temeu o crime em sua própria casa?

Figura 4: Desempenho do governo: Redução do crime | 34 países | 2019/2021



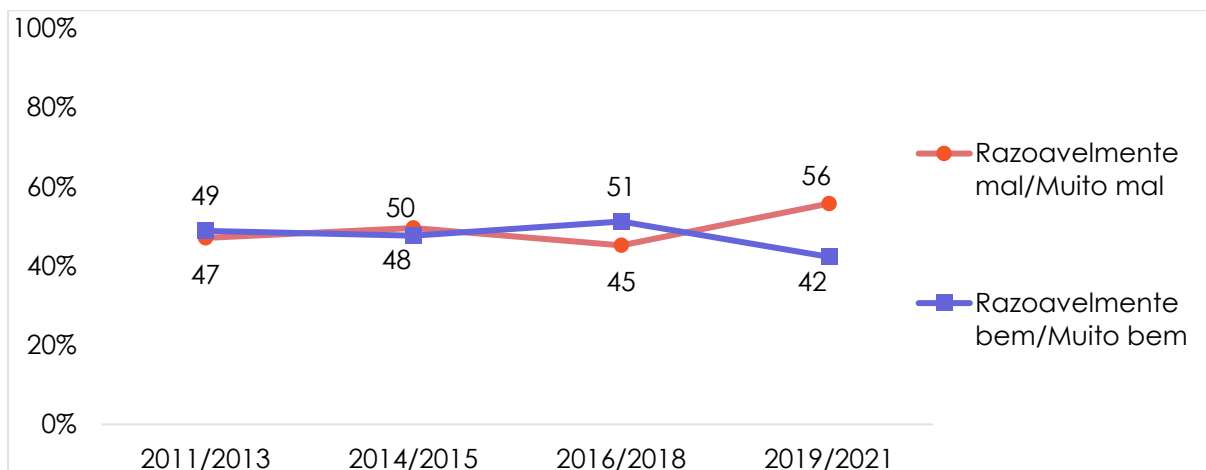
Pergunta aos inquiridos: Quão bem ou mal você diria que o actual governo está a lidar com os seguintes assuntos, ou você não ouviu o suficiente para dizer: Reduzir o crime? (% que dizem "razoavelmente bem" ou "muito bem")

Em 29 países onde o desempenho do governo no combate ao crime foi monitorado na última década, vemos uma mudança marcante. Ainda recentemente, em 2016/2018

(Ronda 7), uma estreita maioria (51%) deu notas positivas aos seus governos, mas desde então houve uma queda vertiginosa de 9 pontos percentuais nas avaliações positivas e um aumento ainda mais acentuado de 11 pontos nas avaliações negativas (Figura 5).

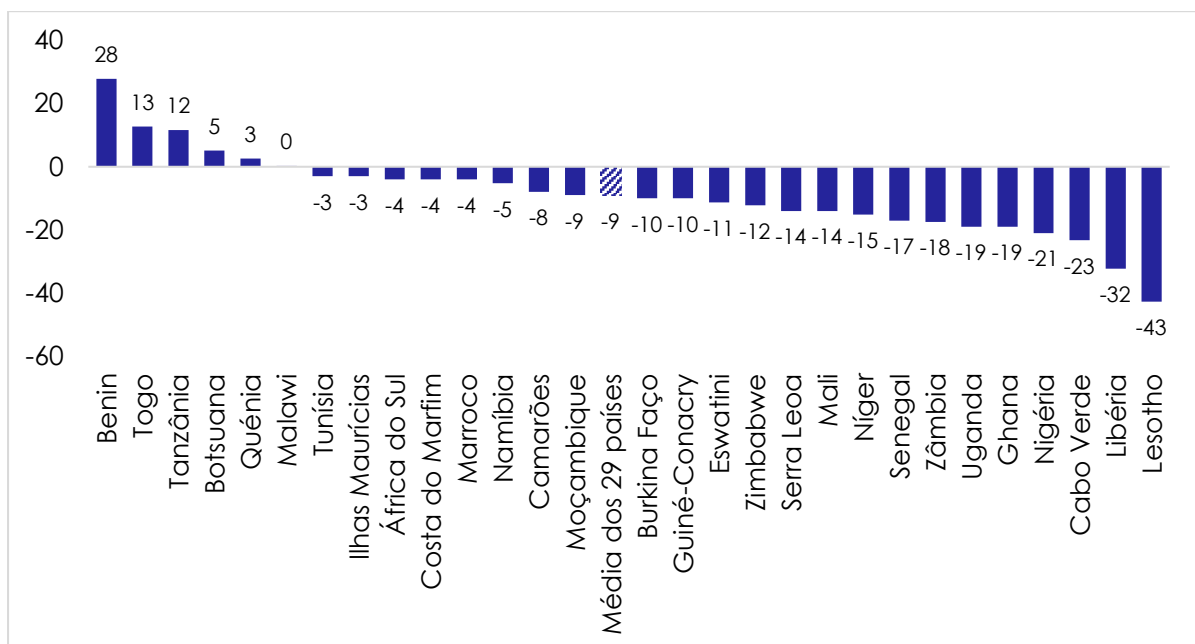
A queda acentuada entre 2016/2018 e 2019/2021 é liderada pelo Lesoto (-43 pontos percentuais), Libéria (-32 pontos), Cabo Verde (-23 pontos) e Nigéria (-21 pontos), mas 11 outros países também viram quedas de dois dígitos nas avaliações de desempenho (Figura 6). Apenas três registaram ganhos de dois dígitos: Benin (+28 pontos), Togo (+13 pontos) e Tanzânia (+12 pontos).

Figura 5: Desempenho do governo: Redução do crime | 29 países | 2011-2021



Pergunta aos respondentes: Quão bem ou mal você diria que o atual governo está lidando com os seguintes assuntos, ou você não ouviu o suficiente para dizer: Reduzir o crime?

Figura 6: Mudança no desempenho do governo: Redução do crime | 29 países | 2016-2021



Pergunta aos respondentes: Quão bem ou mal você diria que o actual governo está a lidar com os seguintes assuntos, ou você não ouviu o suficiente para dizer: Reduzir o crime? (% que disse "razoavelmente bem" ou "muito bem" em 2019/2021 menos % que disse o mesmo em 2016/2018. Números positivos representam melhoria.)

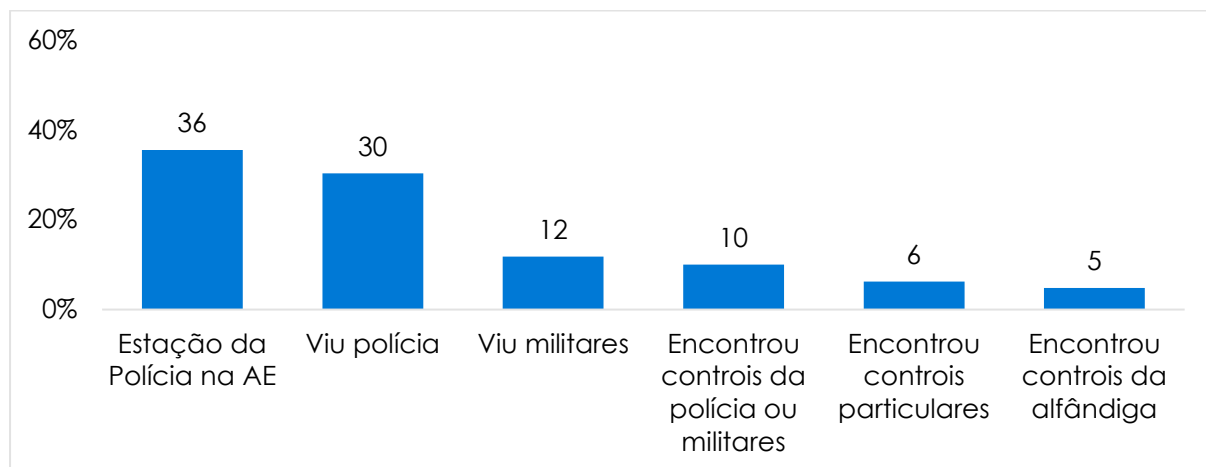
Presença policial

No contexto de generalização pública do sentimento de insegurança e de desapontamento com os esforços do governo para combater o crime, o que os cidadãos têm a dizer sobre suas percepções e interações com a polícia? Começamos por examinar as medidas básicas da presença policial antes de nos voltarmos para as explorações mais detalhadas de como as forças policiais interagem com o público.

Durante o trabalho de campo em qualquer país, as equipas de campo do Afrobarometer visitaram entre 150 (para pesquisa n=1.200) e 300 (para pesquisa n=2.400) áreas de enumeração (AEs). Eles conduziram oito entrevistas em cada AE e também colectam informações sobre a presença de serviços e instalações básicas dentro dessas AEs. As informações apresentadas nesta secção vêm dessas observações ao nível das AEs registadas pelas equipas de campo, e não de entrevistas individuais. A informação inclui vários indicadores da presença de polícia e outras forças de segurança.

A evidência mais comum da presença de segurança é a presença física de uma esquadra de polícia, que ficou evidente em 36% das AEs visitadas (Figura 7). As equipas de campo realmente viram polícias em 30% e soldados em 12% das AEs. Além disso, as equipas depararam-se com frequentes postos de controlo ou bloqueios nas estradas nas AEs, incluindo aqueles dirigidos por polícias ou militares (10%), por segurança privada ou membros da comunidade (6%) e por autoridades alfandegárias (5%).

Figura 7: Presença da polícia e da segurança nas áreas de enumeração (AEs)
 | 34 países | 2019/2021



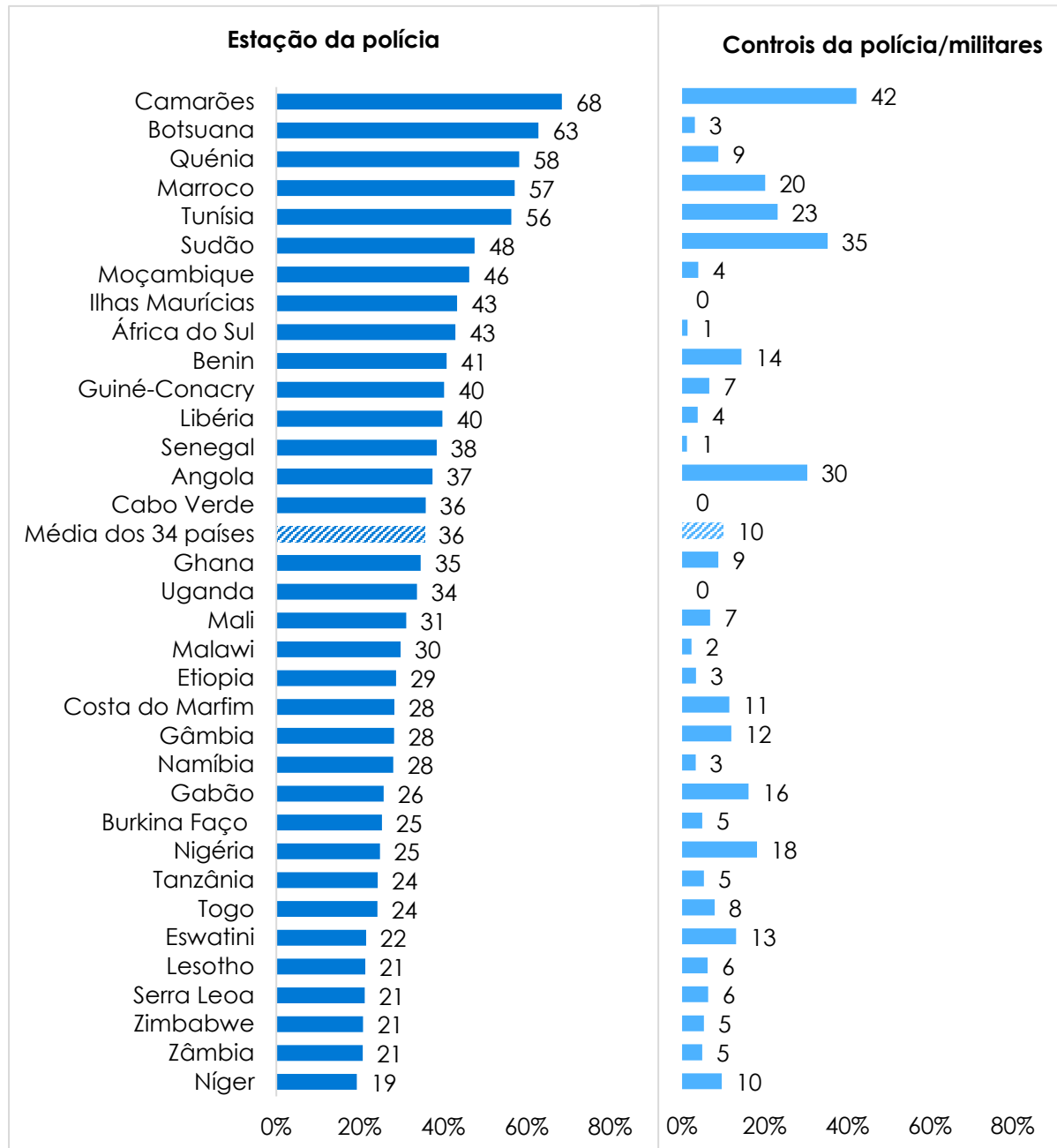
Fonte: Observações registadas pelas equipas de campo do Afrobarometer em cada área de enumeração (AE) que visitaram para entrevistas durante o trabalho de campo. As equipas visitaram entre 150 e 300 AEs em cada país, dependendo do tamanho da amostra.

A presença da polícia varia muito de país para país. As esquadras de polícia foram registadas em mais da metade das AEs visitadas em Camarões (68%), Botsuana (63%), Quênia (58%), Marrocos (57%) e Tunísia (56%), mas em menos de uma em cinco AEs no Níger (19%).

Além disso, a forma como a polícia faz sentir sua presença também pode variar drasticamente. Em Camarões, onde 68% das AEs têm uma esquadra de polícia, as equipas encontraram controis de polícias ou de militares em 42% de todas as AEs que visitaram (Figura 8). Em nítido contraste, a presença de esquadras de polícia é quase tão alta em Botsuana (63%), mas as equipas encontraram controis de estradas em apenas 3% das AEs. No geral, parece haver apenas uma correlação relativamente fraca ao nível dos países

entre a presença física de esquadras de polícia e o uso de controis de estradas pela polícia nas comunidades locais.¹

Figura 8: Presença policial nas áreas de enumeração (AEs) | 34 países | 2019/2021



Fonte: Observações registadas pelas equipas de campo do Afrobarometer em cada área de enumeração (AE) visitada para entrevistas durante o trabalho de campo. As equipas visitaram entre 150 e 300 AEs em cada país, dependendo do tamanho da amostra.

Também é importante observar que as implicações de uma maior presença policial não são necessariamente óbvias. Em países onde maior presença significa "mais controis de

¹ Pearson's $r=0.399$, significativo no nível 0,05

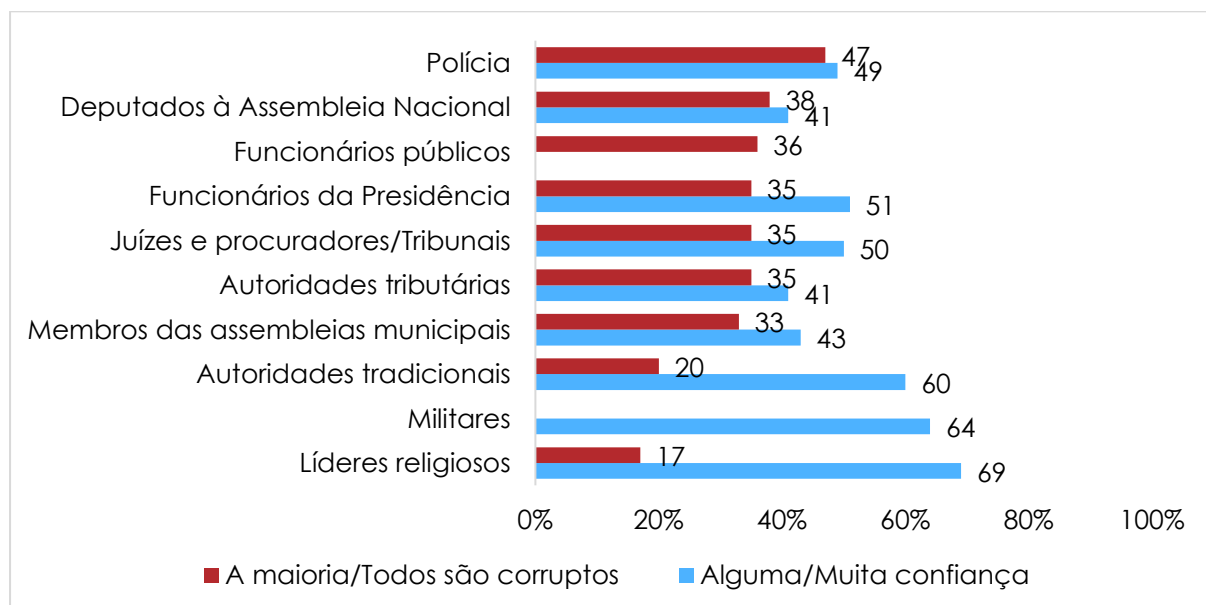
estradas", esses controis servem como uma forma de aplicação da lei ou como uma oportunidade para a predação policial, ou ambos? Não parece que a presença da polícia, necessariamente, faça com que os moradores da comunidade se sintam mais seguros. Em média, em 34 países, as pessoas que viviam em comunidades com esquadras de polícia se sentiam um pouco menos seguras andando em seus bairros (50% nunca se sentiram inseguros, em comparação com 54% em AEs sem esquadra) e em suas casas (60% nunca temeram o crime, em comparação com 62% em AEs sem esquadra).

Percepções da polícia: Corrupção e (des)confiança

Embora, em princípio, a missão da polícia seja claramente destinada a promover segurança, protecção e desenvolvimento social, a questão de saber se na prática eles agem como "protectores ou predadores" surge com muita frequência (Agbiboa, 2015; Newham & Faull, 2011; Wambua, 2015). Os cidadãos percebem a polícia como parte da solução dos desafios que enfrentam ou parte do problema?

Geralmente a resposta é a última. Em todo o continente, os cidadãos dão notas baixas às forças policiais africanas em termos de integridade e confiabilidade. A polícia é, em média, considerada a mais corrupta entre as nove principais instituições governamentais e sociais. Quase metade (47%) dos entrevistados diz que "a maioria" ou "todos" os policias em seu país são corruptos, superando em muito a proporção que percebe a corrupção generalizada entre os parlamentares (38%), funcionários das autoridades tributárias (35%), juizes e procuradores (35%) e funcionários da Presidência da República (35%) (Figura 9). Menos da metade (49%) diz confiar "um pouco" ou "muito" na polícia, tornando-a menos confiável do que presidentes e seus funcionários (51%), autoridades tradicionais (60%), militares (64%) e líderes religiosos (69%).

Figura 9: Confiança e percepção da corrupção nas instituições | 34* países
 | 2019/2020



Perguntas aos respondentes:

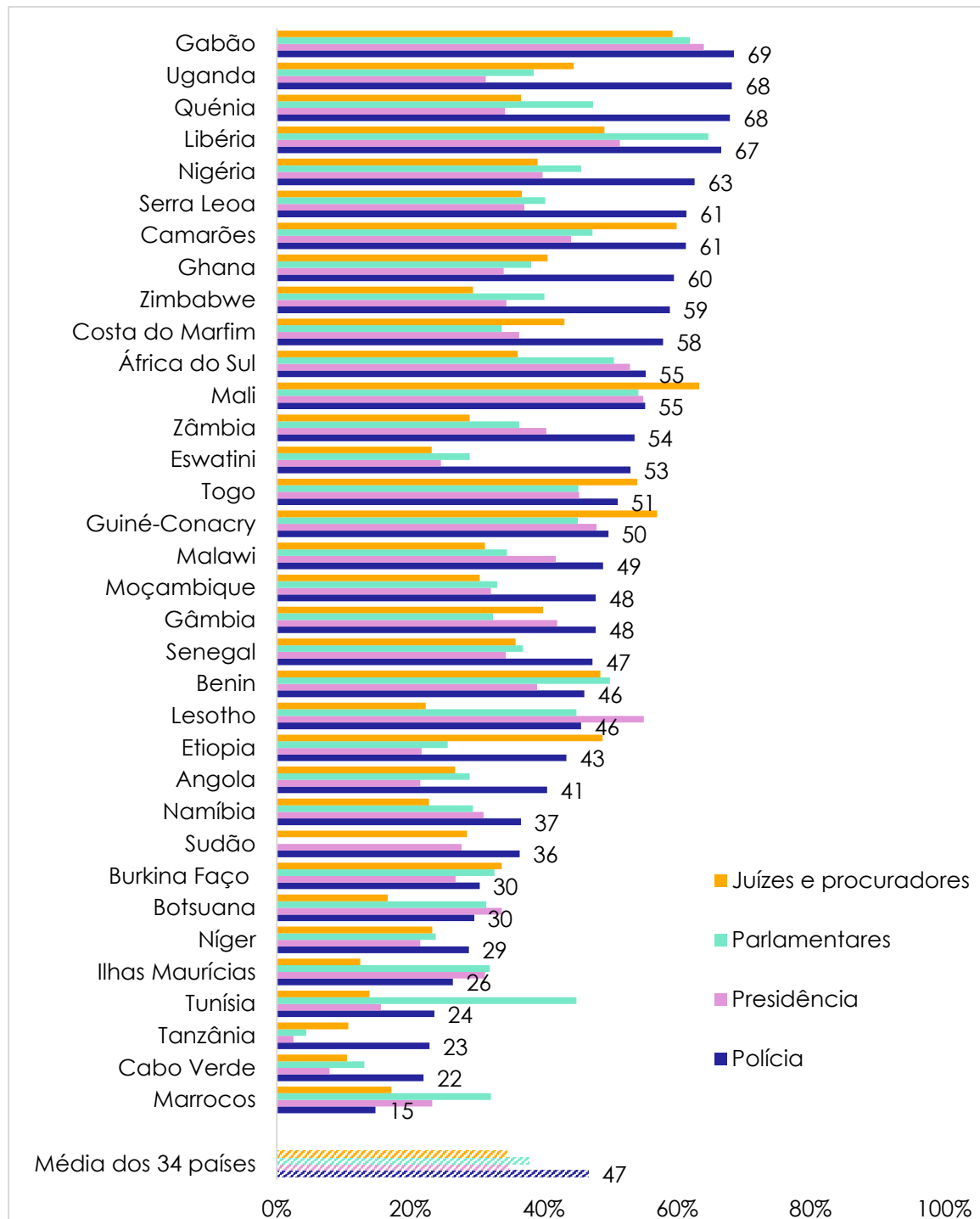
O quanto você confia em cada uma das instituições a seguir ou não ouviu o suficiente sobre eles para dizer?

Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você não ouviu o suficiente sobre elas para dizer?

* Perguntas sobre membros do Parlamento não foram feitas no Sudão. As perguntas sobre as autoridades tradicionais não foram feitas em Cabo Verde, Ilhas Maurícias e Tunísia. As perguntas sobre os vereadores das assembleias municipais do governo local não foram feitas em Angola e no Sudão.

Embora geralmente alta, a percepção da corrupção entre a polícia varia amplamente entre os países. Pelo menos dois terços dos cidadãos vêem “a maioria” ou “todos” os policiais como corruptos no Gabão (69%), Uganda (68%), Quênia (68%) e Libéria (67%) (Figura 10). Em contraste, apenas cerca de um em cada cinco partilha esta percepção na Tanzânia (23%), Cabo Verde (22%) e Marrocos (15%).

Figura 10: Percepção da corrupção entre os funcionários públicos | 34 países | 2019/2021



Pergunta aos respondentes: Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você não ouviu o suficiente sobre elas para dizer?

Em 23 dos 34 países, a polícia é classificada como mais corrupta do que três outras instituições importantes (juízes/procuradores, Parlamento e Presidência). Em vários países, como Gabão, Mali e Guiné-Conacry, a percepção de corrupção é alta em muitas instituições governamentais. Mas em outros, principalmente na Costa do Marfim, Eswatini, Gana, Quênia, Nigéria, Serra Leoa e Uganda, a polícia é considerada muito mais corrupta do que outras instituições governamentais.

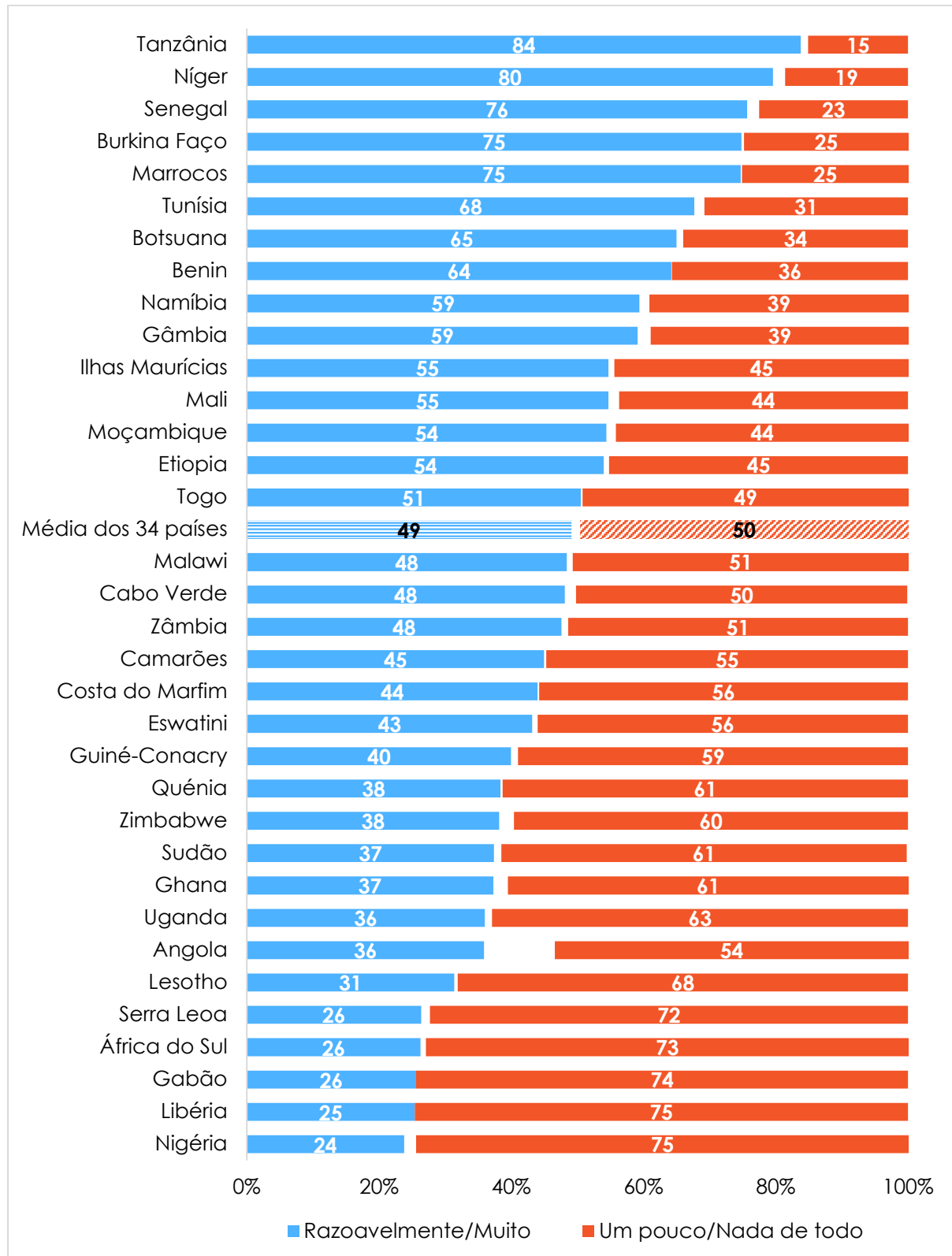
Assim como as percepções de corrupção, a confiança popular na polícia varia amplamente entre os países pesquisados (Figura 11). Nigerianos, Liberianos, Gaboneses, Sul-africanos e Serra-leoneses são os que menos confiam em sua polícia; apenas um em cada quatro dizem que confia neles “um pouco” ou “muito.” Em contraste, a polícia conta com a confiança de três quartos ou mais da população na Tanzânia (84%), Níger (80%), Senegal (76%), Burkina Faço (75%) e Marrocos (75%).

Em média, nos 30 países onde as percepções da polícia foram avaliadas desde 2011/2013, a avaliação de que “todos” ou “a maioria” dos policiais são corruptos aumentou apenas 3 pontos percentuais, enquanto a confiança permaneceu estável em 52%. No entanto, houve aumentos drásticos na última década na percepção da corrupção entre a polícia no Senegal (+22 pontos percentuais), na Costa do Marfim (+20 pontos), na Guiné-Conacry (+15 pontos) e Eswatini (+15 pontos), com aumentos menores, mas ainda significativos, em outros 12 países (Figura 12).

No mesmo período, apenas três países registaram melhorias de dois dígitos: a percepção de corrupção entre a polícia caiu 15 pontos percentuais na Nigéria, 22 pontos em Marrocos e notáveis 33 pontos na Tanzânia. Mas mesmo após essa melhoria, a Nigéria ainda relata alguns dos níveis mais altos de percepção da corrupção em 2019/2021.

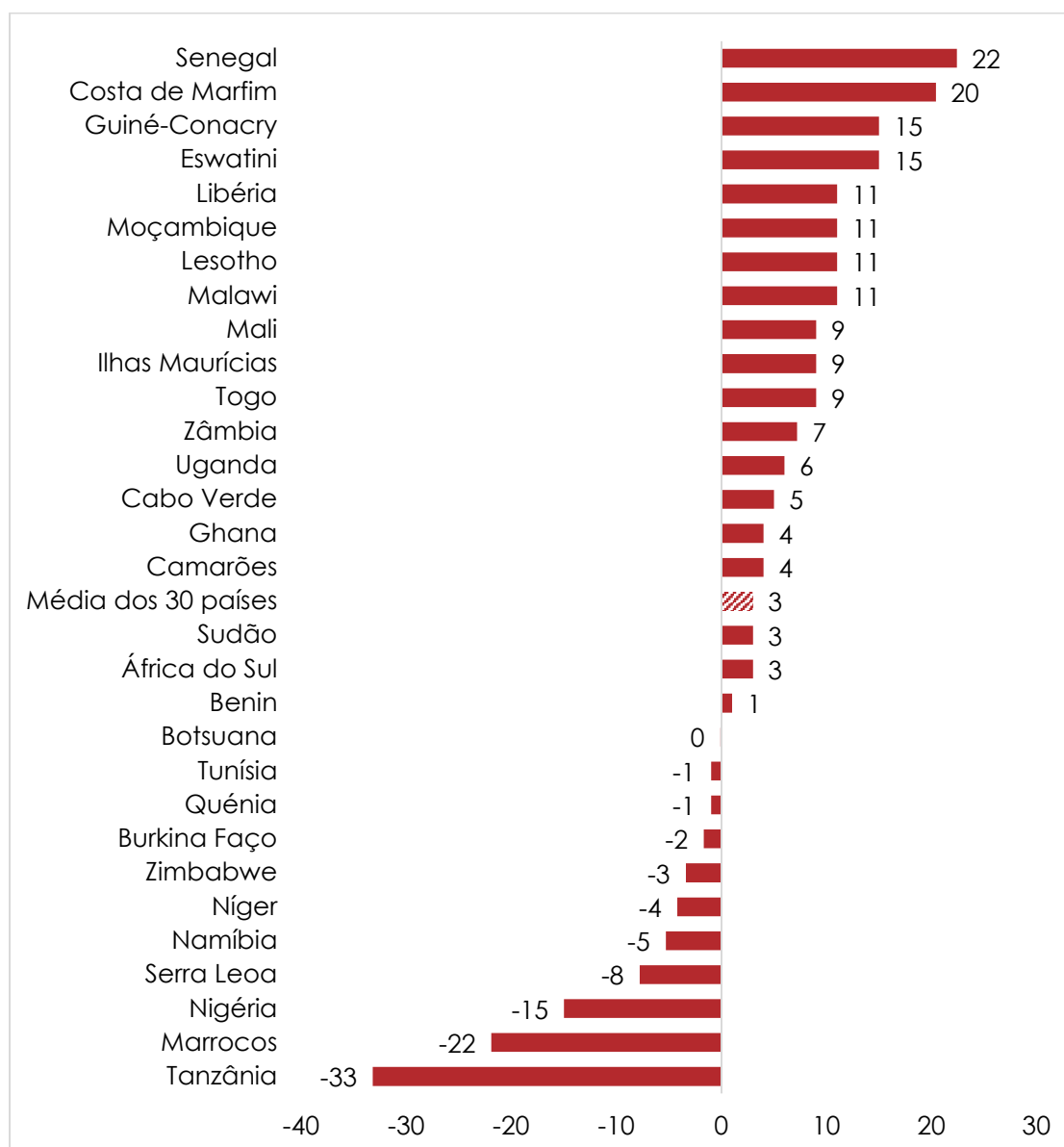
Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer
– sobre qualquer questão, para qualquer país e
rodada de inquérito. É fácil e gratuito em
www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Figura 11: Confiança na polícia | 34 países | 2019/2021



Pergunta aos respondentes: O quanto você confia em cada um dos seguintes, ou você não ouviu o suficiente sobre eles para dizer: A polícia?

Figura 12: Mudanças na percepção da corrupção entre a polícia | 30 países
 | 2011-2021

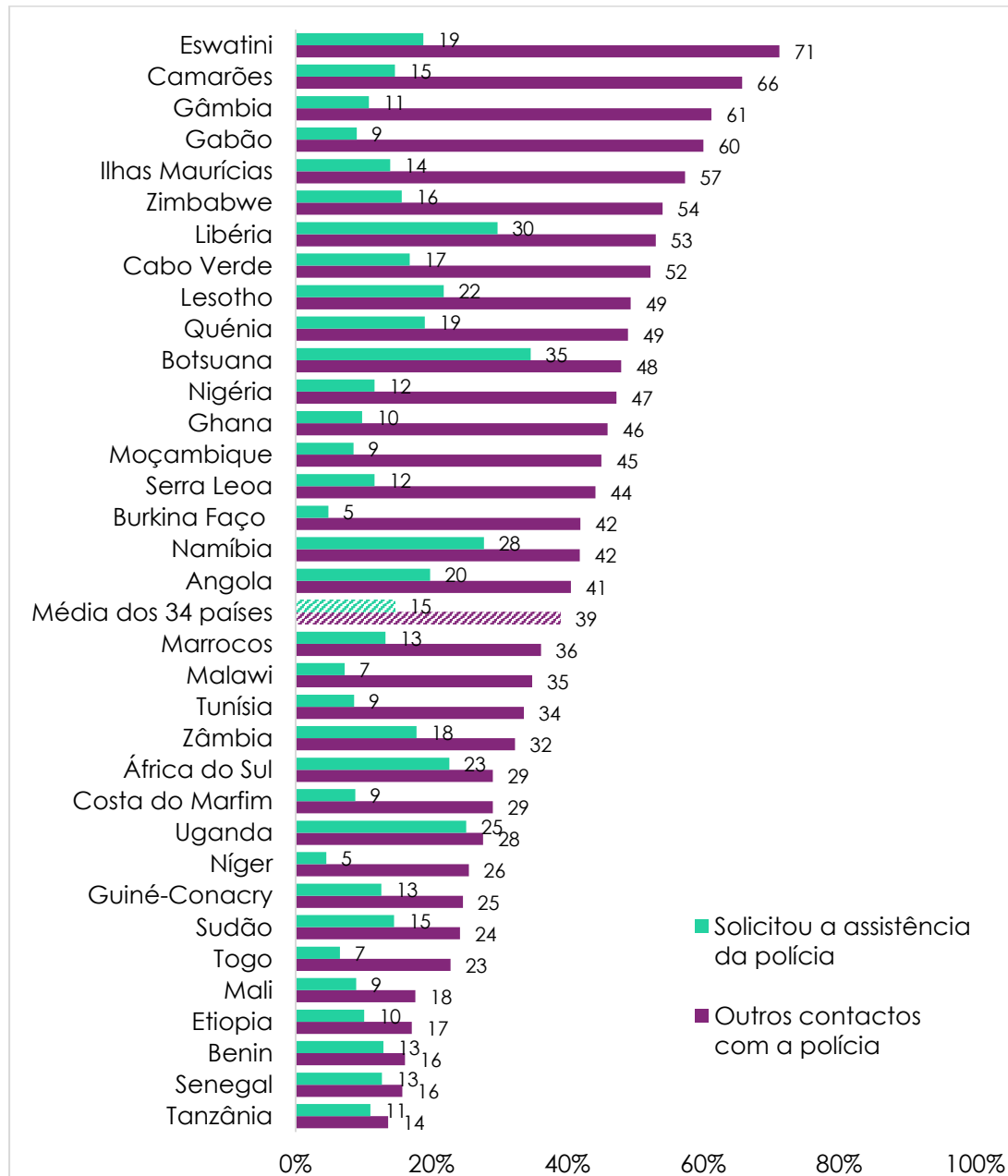


Pergunta aos respondentes: Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você não ouviu o suficiente sobre elas para dizer: Polícia? (% que diz "a maioria" ou "todos" em 2019/2021 menos % que disse o mesmo em 2011/2013. Números positivos indicam aumento da corrupção.)

Encontrar-se com a polícia

Até que ponto essas avaliações relativamente negativas da integridade policial estão enraizadas em experiências pessoais em oposição a uma percepção social mais difusa? Encontramos evidências significativas de que os encontros pessoais com a polícia desempenham um papel formativo nessas percepções públicas. Enquanto cerca de um em cada sete cidadãos (15%) dizem ter ido à polícia no ano anterior para solicitar assistência, muitos mais (39%) encontraram a polícia em outras circunstâncias, como postos de controlo ou verificações de identidade ou durante investigações (Figura 13).

Figura 13: Contacto com a polícia | 34 países | 2019/2021



Perguntas aos respondentes:

Nos últimos 12 meses, você solicitou ajuda da polícia? (% que dizem "sim")

Nos últimos 12 meses, com que frequência você encontrou a polícia em outras situações, como em postos de controle, durante verificações de identidade ou paradas de trânsito ou durante uma investigação? (% que dizem "frequentemente", "algumas vezes" ou "uma ou duas vezes")

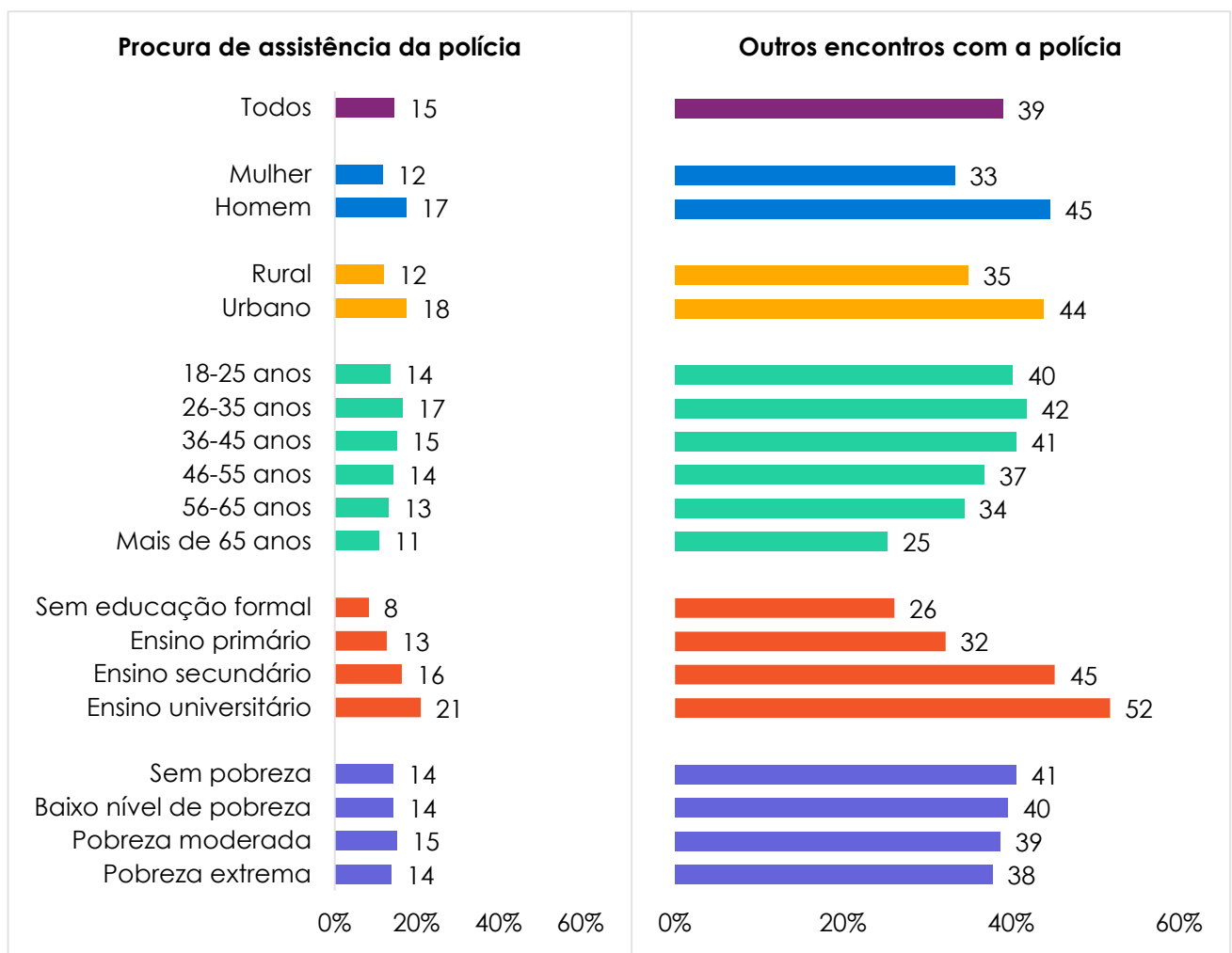
A relativamente alta confiança na polícia (ver Figura 11) no Botsuana (65%) e na Namíbia (59%) pode ser reflexo do facto que um grande número de Tswaneses (35%) e Namibianos (28%) foram à polícia para obter assistência pelo menos uma vez no ano anterior. No entanto, os Liberianos solicitaram assistência policial a uma taxa semelhante (30%), embora o país tenha um dos níveis de confiança mais baixos do continente (25%). Mais de um em cada cinco adultos também teve contacto voluntário com a polícia no Uganda (25%), na

África do Sul (23%), no Lesoto (22%) e em Angola (20%). No entanto, em 11 dos 34 países, um em cada 10 ou menos procurou assistência policial.

O contacto com a polícia em outras circunstâncias foi maior em todos os países. Em Eswatini, notáveis 71% relataram ter encontrado a polícia por meio de postos de controlo, verificações de identidade ou investigações, e o mesmo é verdade para a grande maioria dos Camaroneses (66%), Gambiaos (61%) e Gaboneses (60%). Menos de um em cada cinco teve encontros semelhantes no Mali (18%), na Etiópia (17%), no Benin (16%), no Senegal (16%) e na Tanzânia (14%).

Apesar das disparidades significativas no contacto inicial, no propósito e na magnitude geral dos dois tipos de contacto, a distribuição demográfica daqueles que têm contacto em cada caso é bastante semelhante. Em ambos os casos, homens e moradores urbanos têm significativamente mais chances de ter contacto com a polícia, e os adultos jovens têm mais contacto do que os idosos (Figura 14).

Figura 14: Quem teve contacto com a polícia: Busca de ajuda vs. encontros não intencionais | 34 países | 2019/2021



Perguntas aos respondentes:

Nos últimos 12 meses, você solicitou ajuda da polícia? (% que dizem "sim")

Nos últimos 12 meses, com que frequência você encontrou a polícia em outras situações, como em postos de controlo, durante verificações de identidade ou paradas de trânsito ou durante uma investigação? (% que dizem "frequentemente", "algumas vezes" ou "uma ou duas vezes")

A educação, no entanto, destaca-se como um factor importante para prever a probabilidade de contacto: aqueles com ensino superior têm duas vezes mais chances do que aqueles sem educação formal de procurar assistência policial (21% contra 8%) e duas vezes mais probabilidade de encontrar a polícia em outras circunstâncias (52% vs. 26%). O último, provavelmente, reflecte em parte a frequência de encontros policiais em controis ou postos de controis, uma vez que aqueles com educação pós-secundária têm muito mais probabilidade de possuir um veículo pessoalmente em comparação com aqueles sem educação (37% contra 15%). Em contraste, as diferenças entre os níveis de pobreza são marginais.

A presença da polícia também está associada a taxas de contacto mais altas. Quase um em cada cinco cidadãos (18%) procurou a polícia para obter assistência onde há esquadras de polícia na comunidade, em comparação com 13% onde não há. E as taxas de contacto em outros tipos de encontros também são mais altas – em 8 pontos percentuais em ambos os casos – entre os indivíduos que vivem em áreas de enumeração com esquadras de polícia e onde houve controis de policia ou militar.

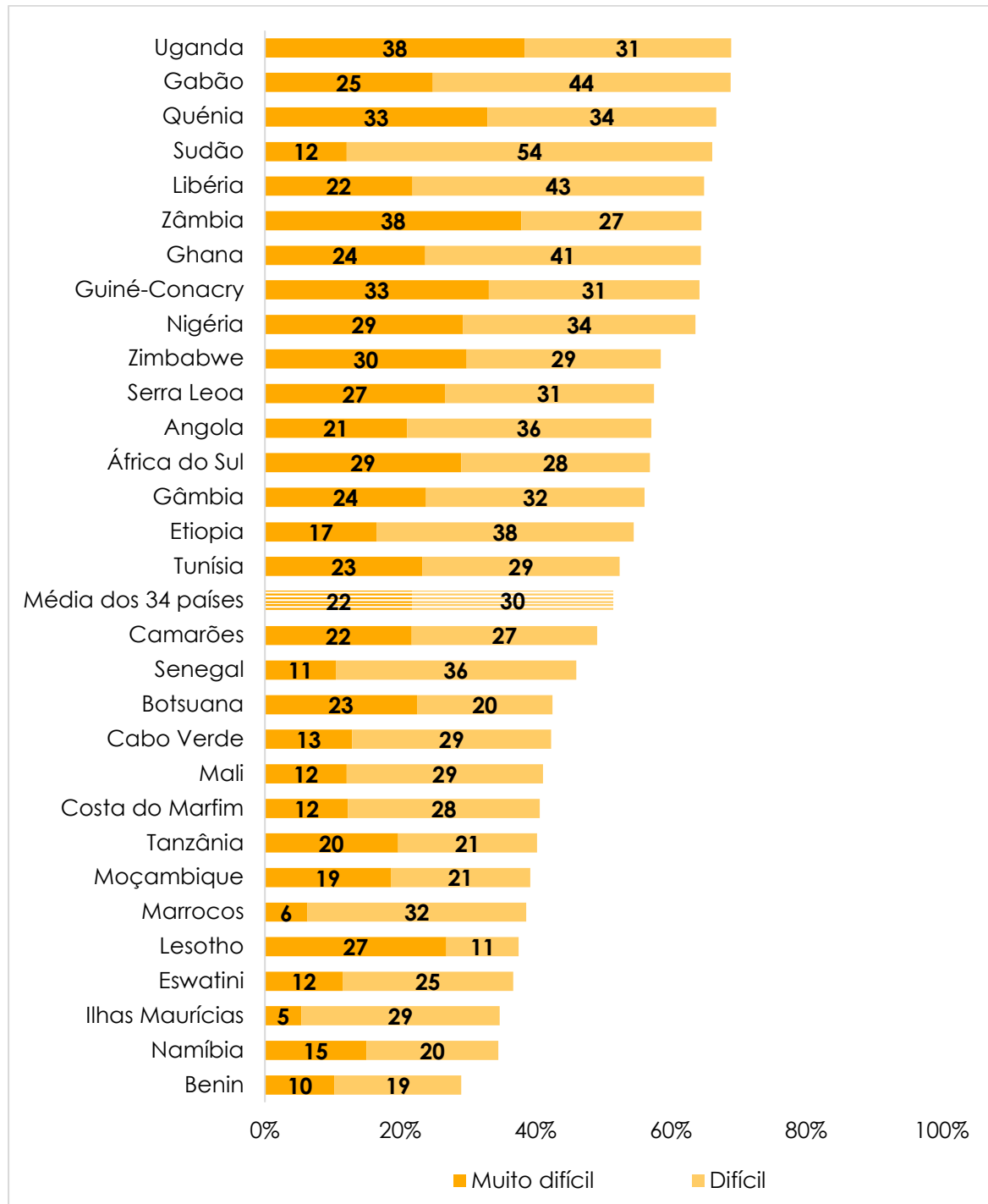
Entre os que procuraram a polícia para obter ajuda, mais de metade relata que foi “difícil” (30%) ou “muito difícil” (22%) obter a ajuda de que precisavam (Figura 15). Mais de ou igual a dois terços acharam difícil no Uganda (69%), no Gabão (69%), no Quênia (67%) e no Sudão (66%) e até mesmo entre os países com melhor desempenho – no Benin (29%), na Namíbia (35%) e nas Ilhas Maurícias (35%) – aproximadamente um em cada três enfrentou desafios.

O pagamento de subornos é um problema comum em ambos os tipos de encontros com a polícia. Mais de um em cada três (36%) daqueles que contactaram a polícia para obter assistência relatam ter pago suborno para obter a ajuda de que precisavam, e 34% daqueles que encontraram a polícia em outras situações pagaram suborno para evitar problemas. Esses níveis são altos em comparação com os subornos que se pagam para ter acesso aos outros serviços públicos essenciais, como na emissão de documentos de identidade (25%), na assistência médica (19%) e nos serviços de escolas públicas (18%).

As diferenças no pagamento de suborno em todo o continente são gritantes. Mais de três quartos dos Nigerianos (80%) e Ugandenses (76%) que procuraram assistência policial pagaram suborno para obter a ajuda de que precisavam, assim como dois terços (68%) dos suplicantes Liberianos (Figura 16). No entanto, os pagamentos de suborno ainda são a exceção em grande parte da África Austral: menos de um em cada 10 cidadãos pagaram suborno para obter assistência policial no Lesoto (9%), no Botsuana (7%), na Namíbia (5%) e nas Ilhas Maurícias (4%). Em Cabo Verde, apenas 1% relata tais pagamentos.

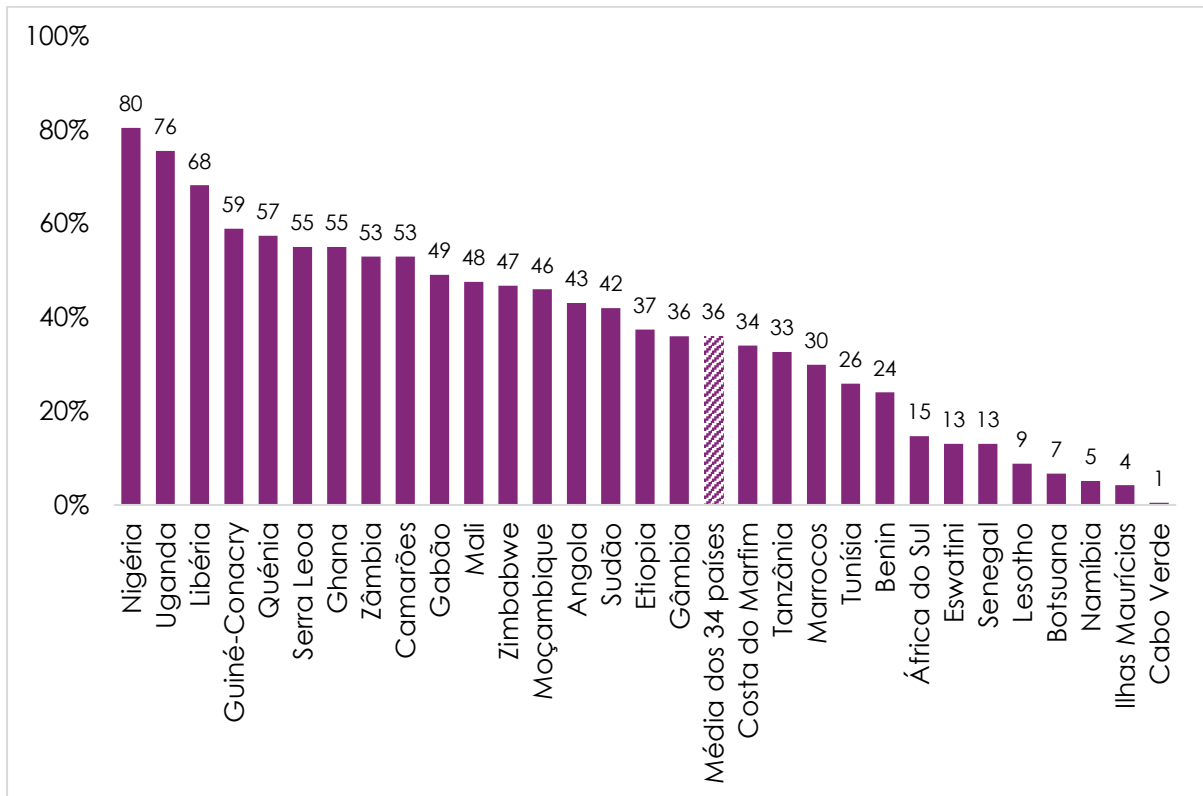
O padrão é semelhante no que diz respeito aos pagamentos de suborno para evitar problemas com a polícia: 75% dos que contactaram na Guiné-Conacry e 69% na Nigéria pagaram suborno, em comparação com apenas 2% em Cabo Verde (Figura 17).

Figura 15: Dificuldade em obter ajuda da polícia | 34* países | 2019/2021



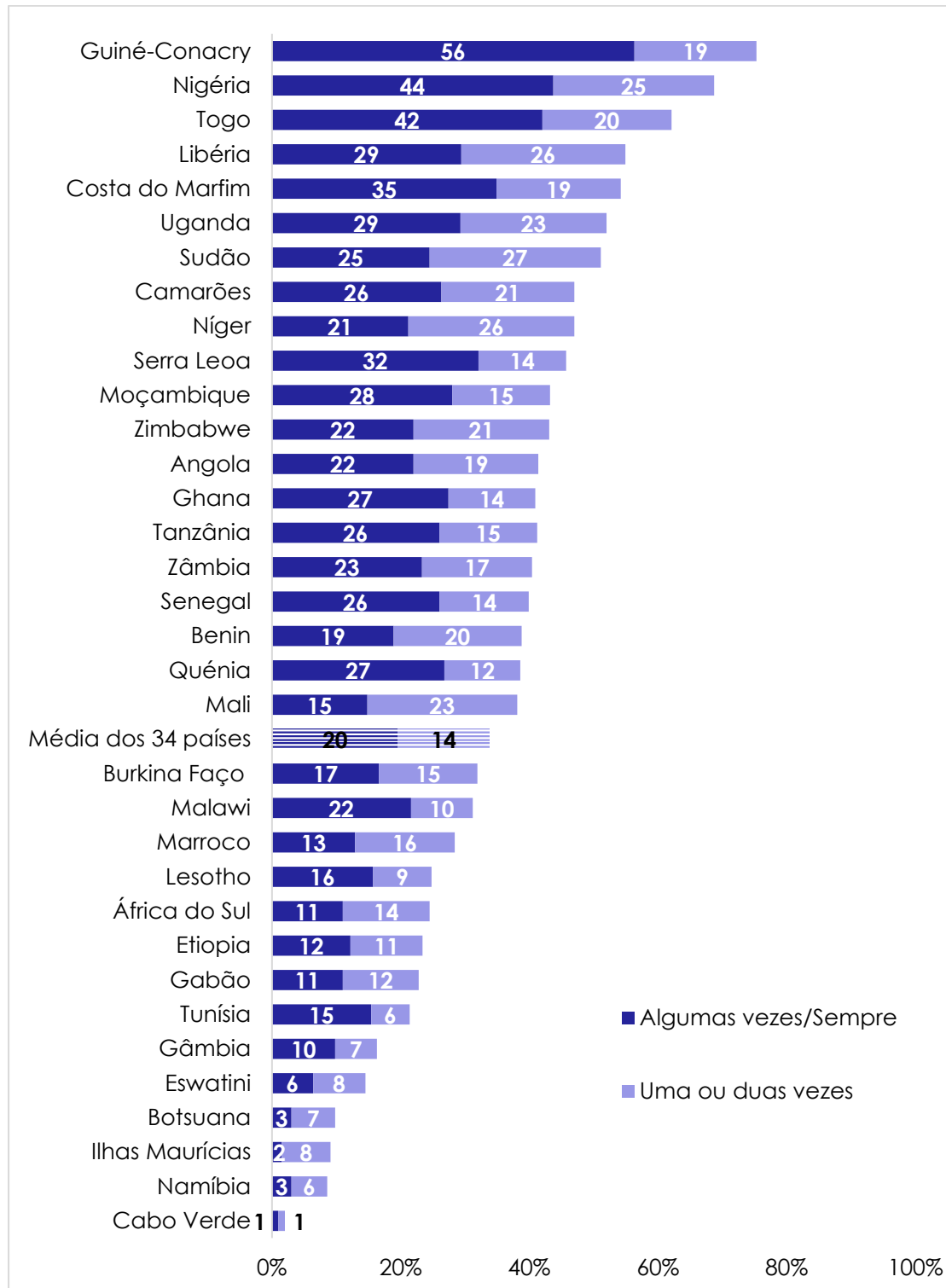
Perguntas aos respondentes: Nos últimos 12 meses, solicitou assistência à polícia? [Se sim:] Quão fácil ou difícil foi para você obter a ajuda de que precisava? (Excluem-se os que não solicitaram assistência policial. Os países com menos de 100 inquiridos que afirmaram ter solicitado assistência (Burkina Faço, Malawi, Níger e Togo) não são apresentados devido à grande margem de erro, embora estejam incluídos na média de 34 países.)

Figura 16: Pagar suborno para obter assistência da polícia | 34* países | 2019/2021



Perguntas aos respondentes: Nos últimos 12 meses, solicitou assistência à polícia? [Em caso afirmativo:] E com que frequência, se alguma vez, você teve que pagar suborno, dar um presente ou fazer um favor a um policial para obter a assistência de que precisava? (% que dizem "uma ou duas vezes", "algumas vezes" ou "frequentemente") (Excluem-se os que não pediram ajuda policial. Países com menos de 100 inquiridos que disseram ter pedido ajuda (Burkina Faço, Malawi, Níger e Togo) não são mostrados devido à grande margem de erro, embora estejam incluídos na média de 34 países.)

Figura 17: Pagar suborno para evitar problema com a polícia | 34 países
 | 2019/2021



Os entrevistados que disseram ter encontrado a polícia em outras situações (não quando pediram ajuda) durante os 12 meses anteriores foram questionados: E com que frequência, se alguma vez, você teve que pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor por um policial para evitar um problema durante um desses encontros? (Os entrevistados que não encontraram a polícia nessas circunstâncias são excluídos.)

Mais acima, analisou-se o perfil dos cidadãos com maior probabilidade de encontrar a polícia (Figura 14): Os mais jovens, urbanos, com maior escolaridade e/ou do sexo masculino. Mas, uma vez feito o contacto, quem tem maior probabilidade de enfrentar problemas na sua relação com a polícia, seja em termos de dificuldade para obter ajuda ou de pagamento de suborno?

Para ter maior compreensão da quantidade e da qualidade (em termos de pagamentos de suborno) das interações com a polícia, os próximos dois gráficos combinam os dois tipos de encontro para observar a totalidade dos encontros e dos pagamentos de suborno feitos pela população. A parcela total da população que relata qualquer tipo de encontro, voluntário ou involuntário, com a polícia no último ano é de 45% em média, enquanto 15% da população total relata ter pago suborno pelo menos uma vez durante esses encontros (Figura 18). Cerca de um em cada três cidadãos (29%) teve contacto com a polícia mas não pagou suborno.

Esses números revelam distinções importantes entre os países. Por exemplo, 75% de todos os adultos em Eswatini tiveram contato com a polícia no ano passado, a maior taxa de contato de qualquer país pesquisado. Mas em 12%, a prevalência de suborno é comparativamente baixa. No Botsuana, nas Ilhas Maurícias, em Cabo Verde e na Namíbia também têm altas taxas de contato – todas acima de 50% – mas baixa incidência (6% ou menos) de suborno.

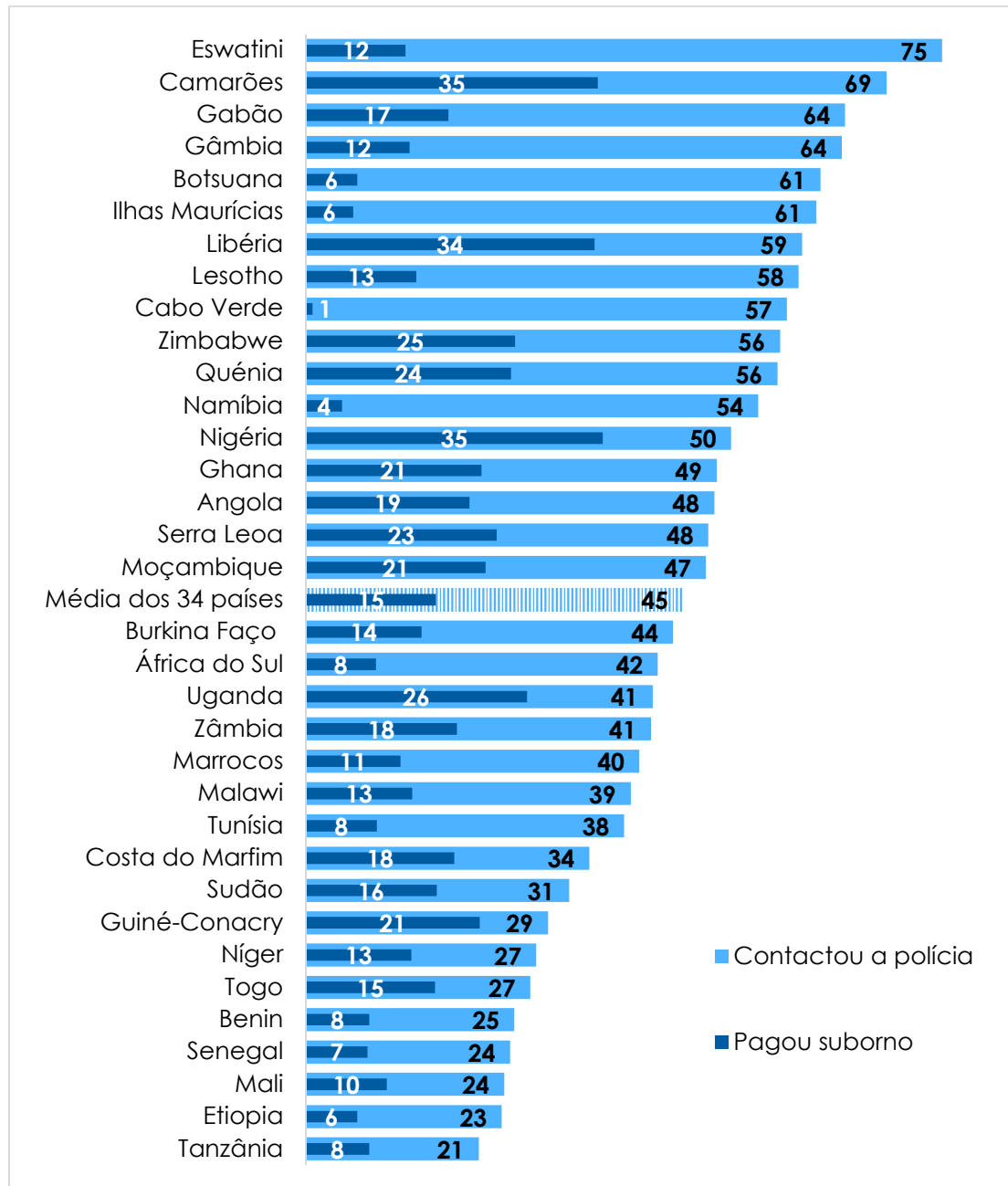
Os Camarões, a Libéria e a Nigéria, por outro lado, se destacam porque têm taxas de contacto igualmente altas (69%, 59% e 50%, respectivamente), mas proporções muito maiores que relatam ter pago suborno: um terço (34%-35%) dos adultos de cada país pagou suborno à polícia no ano passado. Em nítido contraste, no Benin, no Senegal, no Mali, na Etiópia e na Tanzânia relatam taxas de contato de 25% ou menos e taxas de suborno de 10% ou menos.

Como observamos anteriormente, os homens, os residentes urbanos e as pessoas mais jovens têm maior probabilidade de contactar e pagar subornos à polícia do que as mulheres, os residentes rurais e os idosos (Figura 19). Da mesma forma, as taxas de contacto e suborno aumentam constantemente nas categorias de educação.

Mas o padrão em relação ao nível de pobreza é distinto. Embora os entrevistados mais pobres sejam menos propensos a ter contato com a polícia, eles são mais propensos a pagar suborno em comparação com os cidadãos mais ricos, sugerindo que eles são especialmente propensos a serem vitimados pela polícia durante suas interações.

Quase metade (46%) dos mais ricos teve contato com a polícia, mas apenas cerca de um em cada cinco dos que tiveram contacto (10% de todos os entrevistados no grupo mais rico) pagou suborno. Entre os mais pobres, as taxas de contacto foram ligeiramente menores em 44%, mas mais de quatro em cada 10 daqueles que encontraram a polícia (18% de todos no grupo mais pobre) acabaram pagando suborno pelo menos uma vez.

Figura 18: Contacto com a polícia e suborno para o total da população | 34 países
 | 2019/2021



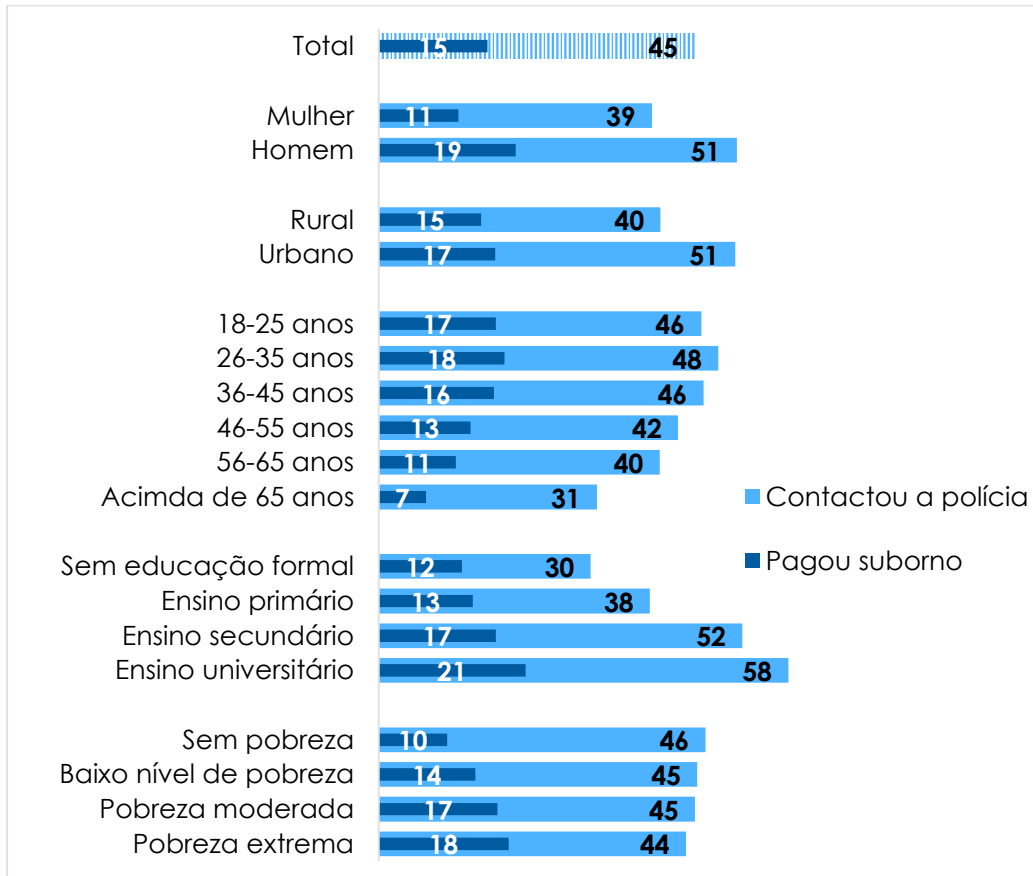
Pergunta aos respondentes:

Nos últimos 12 meses, você solicitou ajuda da polícia? [Em caso afirmativo:] E com que frequência, se alguma vez, você teve que pagar suborno, dar um presente ou fazer um favor a um polícia para obter a assistência de que precisava?

Nos últimos 12 meses, com que frequência você encontrou a polícia em outras situações, como em postos de controlo, durante verificações de identidade ou paradas de trânsito ou durante uma investigação? [Se alguma vez:] Com que frequência, se alguma vez, você teve que pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor a um policial para evitar um problema durante um desses encontros?

A figura mostra % de todos os entrevistados que relataram um ou ambos os tipos de contacto com a polícia (barras azul-claro) e % de todos os entrevistados que relataram pagar suborno à polícia em qualquer circunstância (barras azul-escuras).

Figura 19: Contacto com a polícia e taxa de suborno | por grupos socio-demográficos | 34 países | 2019/2021



A figura mostra % de todos os entrevistados que relataram um ou ambos os tipos de contacto com a polícia (barras azul-claro) e % de todos os entrevistados que relataram pagar suborno à polícia em qualquer circunstância (barras azul-escuras).

Recapitulando: Suborno e (falta de) confiança

Foram descritos baixos níveis de confiança na polícia e uma generalização do pagamento de suborno ao interagir com a polícia. Quão intimamente estão ligadas as duas descobertas? Há uma forte correlação ao nível dos países entre a proporção da população total que pagou suborno no ano passado e o nível de confiança na polícia (Pearson's $r=.695$, significativo no nível 0,01). A Libéria e a Nigéria, dois dos países com maior incidência de subornos policiais, também têm alguns dos níveis mais baixos de confiança, enquanto a Tanzânia ocupa o extremo oposto, com baixos níveis de suborno e altos níveis de confiança.

Está claro que o suborno não é o único factor que afecta a confiança: Embora as percepções sobre o suborno na polícia ainda sejam relativamente modestas na África do Sul, por exemplo, a polícia de lá obtém alguns dos níveis mais baixos de confiança do continente. Isso pode refletir, em parte, uma perda mais generalizada e profunda de confiança pública nas instituições estatais na última década na África do Sul (Moosa & Hofmeyr, 2021), em vez de uma desconfiança focada apenas na polícia.

Mas é evidente que encontros frequentes com a expectativa de ser solicitado um suborno para obter assistência da polícia ou evitar detenção pela polícia minam, seriamente, a confiança do público na instituição.

Resumindo o policiamento

As três tabelas abaixo resumem nossos indicadores relacionados à presença e contacto da polícia, capacidade ou eficácia da polícia e integridade da polícia, oferecendo uma perspectiva geral de como os países se classificam com relação a cada uma dessas questões.

Iniciamos com uma comparação, na Tabela 1, das medidas de presença policial e de contacto directo com a polícia descritas acima. Os países são ordenados do maior para o menor com base na média dos três indicadores de presença policial (esquadra de polícia na EA, polícia vista na EA e controlo da policia ou dos militares na EA). Os Camarões, o Reino de Marrocos, a Tunísia, o Sudão e Angola destacam-se pelos níveis mais altos de presença policial, classificando-se bem em todos os três indicadores, enquanto o Níger, o Malawi, o Zimbábue e o Lesoto registram níveis relativamente baixos de presença policial em todos os três indicadores.

Mas de particular interesse nesta tabela é a falta de conexão evidente no nível do país – em oposição ao nível individual relatado acima – entre a presença local da polícia e os níveis relatados de contato dos cidadãos com a polícia. Podemos esperar que a alta presença policial esteja intimamente associada a “outros contactos” com a polícia (através de controis nas estradas, etc.), mas a conexão parece ser, na melhor das hipóteses, fraca. Isso sugere que as diferenças em nível nacional nas políticas e práticas de policiamento têm uma influência maior nas taxas de contacto do que a presença da polícia local. Camarões ocupa o primeiro lugar em termos de presença policial e tem um dos níveis mais altos de contacto policial com 66%. Mas não há um padrão consistente que se mantenha na maioria dos países. Por um lado, o Sudão tem uma presença policial bastante alta, mas níveis relativamente modestos de contacto (não planeado) (24%). Por outro lado, Gâmbia, Eswatini e Zimbábue, com níveis moderados a muito baixos de presença policial, têm alguns dos níveis mais altos de contato em todos os países. A falta de relação evidente é confirmada pela ausência de correlação significativa entre esses indicadores.

Em seguida, nos voltamos para vários indicadores de eficácia do policiamento, incluindo a sensação de segurança pessoal dos entrevistados, a facilidade relatada de obter assistência policial e avaliações gerais de quão bem o governo está a desempenhar a sua tarefa de reduzir o crime (Tabela 2). Os países são ordenados com base na média desses indicadores, do mais alto ao mais baixo (com pontuações mais altas representando resultados mais positivos).

Os Tanzanianos destacam-se como os mais seguros e satisfeitos com o desempenho da polícia, seguidos pelos cidadãos do Níger, Togo, Benin (embora a segurança no bairro seja menor aqui), Marrocos, Eswatini, Botsuana e Ilhas Maurícias. Todos esses países pontuam alto em pelo menos três dos quatro indicadores. Vale a pena notar que, tanto em Marrocos como nas Ilhas Maurícias, os governos obtêm notas de desempenho fracas dos seus cidadãos, embora ambos tenham um desempenho relativamente bom nos outros três indicadores.

Em contraste, Angola, Libéria, Mali, Zâmbia, África do Sul e Gabão pontuam mal na maioria ou em todos esses indicadores. As pessoas geralmente se sentem inseguras em suas casas e bairros (embora os Liberianos e os Gaboneses estejam um pouco menos preocupados dentro de suas casas) e acham difícil obter assistência policial (embora o Mali seja uma exceção neste indicador), e todos avaliam o desempenho geral de seu governo em relação ao crime mal.

Finalmente, capturamos três indicadores de (falta de) integridade policial: falta de confiança, percepções de comportamento corrupto e experiência de pagamento de suborno (Tabela 3). Os países são ordenados com base na média desses indicadores, do mais alto ao mais baixo (com as pontuações mais altas representando os piores resultados).

Tabela 1: Resumo da presença da polícia e indicadores de contacto | 34 países | 2019/2021

	Presença			Contacto	
	Esquadra da polícia	Inquiridores viram a polícia	Controlo da polícia/Militares	Contacto para assistência	Outro contacto
Camarões	68%	79%	42%	15%	66%
Marroco	57%	60%	20%	13%	36%
Tunísia	56%	57%	23%	9%	34%
Sudão	48%	51%	35%	15%	24%
Angola	37%	43%	30%	20%	41%
Botsuana	63%	37%	3%	35%	48%
Quênia	58%	32%	9%	19%	49%
África do Sul	43%	42%	1%	23%	29%
Benin	41%	31%	14%	13%	16%
Guiné-Conacry	40%	33%	7%	13%	25%
Cabo Verde	36%	43%	0%	17%	52%
Namíbia	28%	47%	3%	28%	42%
Nigéria	25%	34%	18%	12%	47%
Libéria	40%	33%	4%	30%	53%
Ilhas Maurícias	43%	31%	0%	14%	57%
Gabão	26%	30%	16%	9%	60%
Costa do Marfim	28%	28%	11%	9%	29%
Moçambique	46%	18%	4%	9%	45%
Gâmbia	28%	25%	12%	11%	61%
Senegal	38%	25%	1%	13%	16%
Ghana	35%	20%	9%	10%	46%
Eswatini	22%	26%	13%	19%	71%
Etiopia	29%	22%	3%	10%	17%
Serra Leoa	21%	27%	6%	12%	44%
Togo	24%	22%	8%	7%	23%
Burkina Faço	25%	21%	5%	5%	42%
Tanzânia	24%	20%	5%	11%	14%
Zâmbia	21%	23%	5%	18%	32%
Mali	31%	9%	7%	9%	18%
Uganda	34%	11%	0%	25%	28%
Niger	19%	15%	10%	5%	26%
Malawi	30%	11%	2%	7%	35%
Zimbábwe	21%	14%	5%	16%	54%
Lesotho	21%	11%	6%	22%	49%
Média 34 países	36%	30%	10%	15%	39%
	0-30%	0-30%	0-5%	0-5%	0-30%
	31-40%	31-40%	6-10%	6-10%	31-40%
	41-50%	41-50%	11-15%	11-15%	41-50%
	51-60%	51-60%	16-20%	16-20%	51-60%
	61% e acima	61% e acima	21% e acima	21% e acima	61% e acima

Os países são ordenados com base na média dos três indicadores de presença policial, do maior para o menor. Os indicadores de presença são medidos no nível da AE pelas equipas de campo, não durante as entrevistas.

Tabela 2: Resumo dos indicadores de eficácia da polícia | 34 países | 2019/2021

	Nunca se sentiu inseguro ao caminhar	Nunca temeu o crime	Fácil de obter ajuda da polícia*	Desempenho na redução do crime bem (muito/razoavelmente)
Tanzânia	82%	81%	60%	86%
Niger	71%	78%		54%
Togo	62%	68%		63%
Benin	44%	60%	71%	76%
Marrco	64%	83%	61%	42%
Eswatini	59%	64%	62%	61%
Botsuana	54%	63%	58%	69%
Ilhas Maurícias	72%	82%	65%	26%
Serra Leoa	71%	77%	42%	47%
Etiopia	61%	74%	46%	50%
Quênia	61%	65%	33%	57%
Costa do Marfim	52%	72%	49%	43%
Namíbia	47%	56%	65%	45%
Tunísia	54%	73%	48%	29%
Ghana	61%	64%	36%	42%
Malawi	50%	64%		36%
Gâmbia	53%	64%	44%	37%
Moçambique	46%	50%	61%	40%
Uganda	61%	53%	31%	51%
Senegal	37%	68%	54%	37%
Lesotho	57%	51%	62%	25%
Cabo Verde	56%	62%	58%	14%
Guiné-Conacry	54%	65%	36%	30%
Camarões	35%	57%	51%	40%
Zimbabwe	50%	46%	42%	42%
Burkina Faço	38%	47%		43%
Nigéria	48%	54%	36%	32%
Sudão	58%	64%	33%	14%
Angola	42%	48%	42%	26%
Libéria	48%	55%	35%	21%
Mali	40%	33%	59%	22%
Zambia	37%	43%	36%	35%
África do Sul	40%	46%	42%	19%
Gabão	32%	55%	31%	8%
Média 34 países	53%	61%	48%	40%
	0-20%	0-20%	0-20%	0-20%
	21-30%	21-30%	21-30%	21-30%
	31-40%	31-40%	31-40%	31-40%
	41-50%	41-50%	41-50%	41-50%
	51-60%	51-60%	51-60%	51-60%
	61-70%	61-70%	61-70%	61-70%
	71-80%	71-80%	71-80%	71-80%
	81% e acima	81% e acima	81% e acima	81% e acima

Os países são ordenados com base na média dos quatro indicadores de eficácia da polícia, do maior para o menor.

Tabela 3: Resumo dos indicadores de integridade da polícia | 34 países | 2019/2021

	Confiança nenhuma/ apenas um pouco	A maioria/Todos polícias são corruptos	Pagar suborno
Libéria	75%	67%	34%
Nigéria	75%	63%	35%
Gabão	74%	69%	17%
Uganda	63%	68%	26%
Serra Leoa	72%	61%	23%
Quênia	61%	68%	24%
Camarões	55%	61%	35%
Zimbabwe	60%	59%	25%
Ghana	61%	60%	21%
África do Sul	73%	55%	8%
Costa do Marfim	56%	58%	18%
Guiné-Conacry	59%	50%	21%
Lesotho	68%	46%	13%
Zambia	51%	54%	18%
Eswatini	56%	53%	12%
Togo	49%	51%	15%
Moçambique	44%	48%	21%
Angola	54%	41%	19%
Sudão	61%	36%	16%
Malawi	51%	49%	13%
Mali	44%	55%	10%
Gâmbia	39%	48%	12%
Etiópia	45%	43%	6%
Benin	36%	46%	8%
Namíbia	39%	37%	4%
Senegal	23%	47%	7%
Ilhas Maurícias	45%	26%	6%
Cabo Verde	50%	22%	1%
Botsuana	34%	30%	6%
Burkina Faço	25%	30%	14%
Tunísia	31%	24%	8%
Niger	19%	29%	13%
Marroco	25%	15%	11%
Tanzânia	15%	23%	8%
Média 34 países	50%	47%	15%
	71% e acima	71% e acima	31-40%
	61-70%	61-70%	21-30%
	51-60%	51-60%	11-20%
	41-50%	41-50%	1-10%
	31-40%	31-40%	
	21-30%	21-30%	
	0-20%	0-20%	

Os países são ordenados com base na média dos três indicadores de eficácia policial, do maior para o menor.

Libéria, Nigéria, Gabão, Uganda, Serra Leoa, Quênia e Camarões, todos com média negativa de mais de 50% nesses três indicadores, mas Zimbábue, Gana e África do Sul não são muito melhores. Em contraste, Tanzânia, Marrocos, Níger, Tunísia, Burkina Faso, Botsuana e Cabo Verde têm uma média inferior a 25% nos três indicadores.

Notavelmente, Tanzânia, Marrocos, Níger e Botsuana também estavam entre os países que registavam a maior eficácia policial (Tabela 2), enquanto Gabão, Libéria e Nigéria estavam entre os países com pontuação mais baixa. Mas observe também que não há uma correspondência completa entre desempenho e (falta de) integridade. Por exemplo, Burkina Faso tem um dos melhores níveis de integridade, mas o país ocupa uma posição bastante baixa (26º de 34 países) em termos de eficácia do policiamento. Por outro lado, a polícia na Serra Leoa obtém notas muito baixas em integridade, mas notas acima da média (9º em 34 países) em eficiência.

Conclusão

Em uma época em que as sociedades enfrentam ameaças crescentes – seja do crime organizado, terrorismo, desastres naturais, pandemias ou outras causas – forças de segurança eficazes e confiáveis podem desempenhar um papel fundamental para manter os cidadãos seguros e, assim, promover o desenvolvimento. Mas em muitos países, a corrupção policial corrói a confiança do público na instituição.

Isso não apenas prejudica a segurança no dia a dia, pois os cidadãos evitam interagir com a polícia, não denunciam crimes ou, no caso de criminosos, agem com impunidade, mas também torna a polícia menos eficaz como instituição de resposta essencial em tempos de crise. As acusações de abuso contra algumas forças policiais ao implementar restrições durante a pandemia de COVID-19 chamaram a atenção para essa falta de confiança do público e suas implicações críticas (Okeowo & Maina, 2020; Daily Maverick, 2020; France 24, 2020).

A segurança é a base sobre a qual os cidadãos constroem vidas produtivas e meios de subsistência. A experiência da população e a sua percepção da polícia como corrupta, não confiável e inútil atrasam o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que fornecem solo fértil para protestos. Mesmo sem os relatos de alto nível de brutalidade policial que enviaram Nigerianos, Quenianos, Sul-africanos e outros para as ruas, o mau serviço policial e as exigências de subornos fazem todos os dias vítimas os cidadãos de todas as esferas da vida, especialmente, os pobres e os mais vulneráveis.

Países atolados em práticas policiais predatórias podem encontrar inspiração em vizinhos como o Botsuana e a Tanzânia, onde é mais provável que as mãos dos policiais se estendam para oferecer assistência, em vez de aceitar suborno. Mas essas exceções são muito raras, e os esforços constantes para trazer a integridade à tona serão necessários para quebrar o ciclo de corrupção e desconfiança que assola muitas das forças policiais em África.

Referências

- Adegoke, Y. (2020). Nigeria's EndSARS protests have been about much more than police brutality. Quartz Africa. 31 de Outubro.
- Agbibo, D. E. (2015). Protectors or predators? The embedded problem of police corruption and deviance in Nigeria. *Administration and Society*, 47(3), 244-281.
- Amnistia Internacional. (2020). Nigeria: Time to end impunity: Torture and other human rights violations by special anti-robbery squad (SARS). 26 de Junho.
- BBC. (2020). Black Lives Matter: Ghana protest leader arrested. 8 de Junho.
- Busari, S. (2020). Nigeria's youth finds its voice with the EndSARS protest movement. CNN. 25 de Outubro.
- Daily Maverick. (2020). Covid-19: Lockdown creates ripe pickings for corrupt police. 15 de Abril.
- France 24. (2020). Curfew crackdowns in several African countries kill more people than Covid-19. 17 de Abril.
- Harrisberg, K. (2020). South Africans protest police brutality against poor under lockdown. Reuters. 9 de Junho.
- Mattes, R. (2020). Lived poverty on the rise: Decade of living-standard gains ends in Africa. Afrobarometer Documento de Política No. 62.
- Moosa, M., & Hofmeyr, J. (2021). South Africans' trust in institutions and representatives reaches new low. Afrobarometer Edição No. 474.
- Newham, G., & Faull, A. (2011). Protector or predator? Tackling police corruption in South Africa. Institute for Security Studies Monografia No. 182.
- Obaji, P. (2020). Nigeria's #EndSARS protesters draw inspiration from Black Lives Matter movement. USA Today. 26 de Outubro.
- Odula, T. (2020). Tear gas, arrests as Kenyans protest police brutality. AP. 7 de Julho.
- Okeowo, A., & Mainga, L. (2020). COVID19 and police brutality in Africa. Witness.
- Paulo, F. (2020). Milhares de angolanos protestaram em Luanda contra violência policial em memória de médico morto. RFI. 12 de Setembro.
- Wambua, P. M. (2015). Call the police? Across Africa, citizens point to police and government performance issues on crime. Afrobarometer Edição No. 57.

Apêndice

Tabela A.1: Datas de trabalho de campo da Rodada 8 do Afrobarometer e rodadas de pesquisa anteriores

Country	Trabalho de campo na Rodada 8	Rodadas de pesquisa anteriores
África do Sul	Maio-Junho 2021	2000, 2002, 2006, 2008, 2011, 2015, 2018
Angola	Nov.-Dez. 2019	N/A
Benin	Nov.-Dez. 2020	2005, 2008, 2011, 2014, 2017
Botsuana	Julho-Agosto 2019	1999, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017
Burkina Faso	Dez. 2019	2008, 2012, 2015, 2017
Cabo Verde	Dez. 2019	2002, 2005, 2008, 2011, 2014, 2017
Camarões	Fev.-Março 2021	2013, 2015, 2018
Costa do Marfim	Nov. 2019	2013, 2014, 2017
Eswatini	Março-Abril 2021	2013, 2015, 2018
Etiopia	Dez. 2019-Jan. 2020	2013
Gabão	Fev. 2020	2015, 2017
Gâmbia	Fev. 2021	2018
Ghana	Set.-Out. 2019	1999, 2002, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017
Guiné-Conacry	Nov.-Dez. 2019	2013, 2015, 2017
Ilhas Maurícias	Nov. 2020	2012, 2014, 2017
Lesoto	Fev.-Março 2020	2000, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017
Libéria	Out.-Dez. 2020	2008, 2012, 2015, 2018
Malawi	Nov.-Dez. 2019	1999, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017
Mali	Março-Abril 2020	2001, 2002, 2005, 2008, 2013, 2014, 2017
Marroco	Fev. 2021	2013, 2015, 2018
Moçambique	Maio-Julho 2021	2002, 2005, 2008, 2012, 2015, 2018
Namíbia	Agosto 2019	1999, 2003, 2006, 2008, 2012, 2014, 2017
Níger	Out.-Nov. 2020	2013, 2015, 2018
Nigéria	Jan.-Fev. 2020	2000, 2003, 2005, 2008, 2013, 2015, 2017
Quênia	Agosto-Set. 2019	2003, 2005, 2008, 2011, 2014, 2016
Senegal	Dec. 2020-Jan. 2021	2002, 2005, 2008, 2013, 2014, 2017
Serra Leoa	Março 2020	2012, 2015, 2018
Sudão	Fev.-Abril 2021	2013, 2015, 2018
Tanzânia	Fev.-Março 2021	2001, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017
Togo	Dez. 2020-Jan. 2021	2012, 2014, 2017
Tunísia	Fev.-Março 2020	2013, 2015, 2018
Uganda	Set.-Out. 2019	2000, 2002, 2005, 2008, 2012, 2015, 2017
Zâmbia	Nov.-Dez. 2020	1999, 2003, 2005, 2009, 2013, 2014, 2017
Zimbabwe	Abril-Maio 2021	1999, 2004, 2005, 2009, 2012, 2014, 2017

Carolyn Logan é diretora de análise do Afrobarometer e professora associada do Departamento de Ciência Política da Michigan State University. Email: clogan@afrobarometer.org.

Josephine Appiah-Nyamekye Sanny é Afrobarometer gerente de tradução de conhecimento. Email: jappiah@afrobarometer.org.

Luyando Mutale Katenda é aluno do programa de Mestrado em Políticas Públicas da Michigan State University. Email: katendal@msu.edu.

A Afrobarometer, uma corporação sem fins lucrativos com sede no Gana, dirige uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. Coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida por Center for Democratic Development (CDD) no Gana, Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das Fundações Mo Ibrahim, Open Society, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam o Projeto Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer uma contribuição (em www.afrobarometer.org) ou contactar Bruno van Dyk (bruno.v.dyk@afrobarometer.org) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite www.afrobarometer.org.



Afrobarometer Edição No. 512 | 18 de Março 2022